

**3** **ARTIGO**  
*Estabilização,  
mercado de trabalho e  
a evolução recente  
da pobreza,  
por Sonia Rocha*

**5** **ARTIGO**  
*Demissões não  
têm impacto nas  
contas públicas, por  
José Luiz Pagnussat*

**7** **ARTIGO**  
*Crise asiática e  
crise da economia  
burguesa, por  
Heinz Dieterich Steffan*

**9** **FÓRUM POPULAR  
DO ORÇAMENTO**  
*Proposta de Orçamento  
da Prefeitura do Rio.  
Questionário do Fórum.  
E mais novidades para você.*

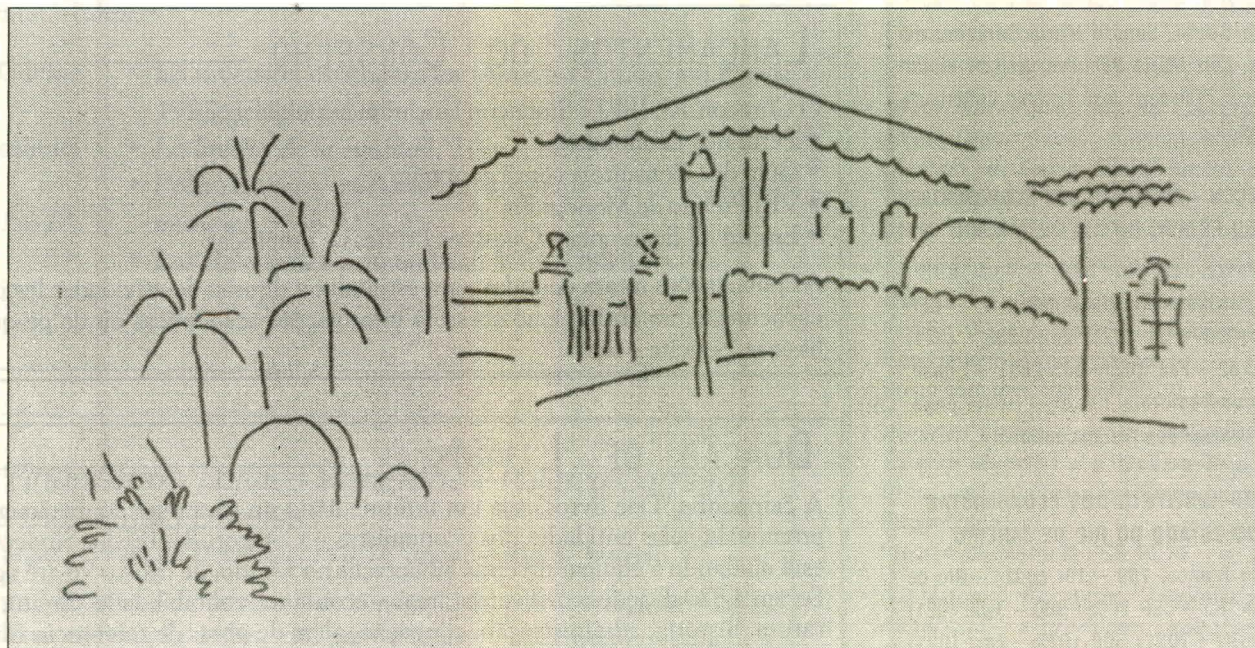
**16** **SEMINÁRIO**  
*A dinâmica da  
globalização: um  
encontro mundial*

**LANÇAMENTO  
DO LIVRO  
"VISÕES DA CRISE"  
PÁGINA 19**

## Inflação perto de zero, crescimento em colapso

**J**oão Paulo de Almeida Magalhães critica a obsessão antiinflacionária, transformada em dogma e levada adiante a qualquer custo. Propõe uma estratégia de crescimento voltada para aprofundar a inserção internacional da economia brasileira, mas com firme intervenção do Estado e fortalecimento das empresas nacionais. Diz que, ao contrário do que ocorre hoje, nossa integração deveria ser puxada pelas exportações.

**páginas 10 a 12**



RUAS E CASAS, DE TARSILA DO AMARAL, REPRODUÇÃO: MNBA

## JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,  
IERJ E SINDECON-RJ

**Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bonfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Ilustração da Capa:** Ruas e casas, buril com área impressa de 11,4 x 22,7 cm. Foi gentilmente cedida pelo Museu de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 224-0578 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascouito da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 e (021) 533-2192 - Fax: (021) 533-7891 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

**IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

## EDITORIAL

## Carta de São Paulo

## Em defesa da produção e do emprego

O Fórum de Presidentes de Conselhos Regionais de Economia e o Plenário do Conselho Federal de Economia vêm a público fazer uma avaliação crítica dos rumos recentes tomados pela política econômica.

A categoria, através de suas entidades representativas, tem manifestado permanentemente suas preocupações quanto aos pressupostos implícitos no Plano Real e suas conseqüências para o país. Ao fazer uma avaliação equivocada sobre as possibilidades de financiamento, por longo período, junto ao sistema financeiro internacional dos déficits crescentes em transações correntes, a política econômica levada adiante nos últimos quatro anos provocou os seguintes efeitos: aumentou enormemente a dependência externa do país, criou grandes amarras ao crescimento econômico e contribuiu decisivamente para as enormes taxas de desemprego que hoje verificamos.

Além disso, levou à duplicação da dívida externa e ao crescimento exponencial da dívida interna. Esta se multiplicou no mesmo período e está sujeita a taxas de juros estratosféricas, fixadas para remunerar os capitais externos voláteis que se busca atrair para o Brasil. Essas dívidas são os principais elementos de desajuste das contas públicas do país.

Ao ser confrontada com uma realidade de restrições externas ao financiamento do déficit em conta-corrente, a

equipe econômica apresenta como única alternativa a busca de recursos junto às instituições multilaterais e governos dos países mais desenvolvidos, capitaneados pelo FMI. Retorna o cenário de cartas de intenções e de monitoramento das contas públicas brasileiras, de triste memória para todos nós.

Perseguindo a todo custo esse acordo, apresenta-se um pacote fiscal que busca cumprir as exigências do FMI. Longe de ser simples, a questão fiscal brasileira vem sendo discutida há alguns anos e, pelo menos nos últimos cinco, tem sido objeto, todo final de ano, de novo pacote de ajuste. A diferença agora são os números propostos para o ajuste, pelas exigências apresentadas anteriormente, e a insistência de a União centralizar recursos, reduzindo o potencial financeiro de estados e municípios.

Os economistas do Sistema Cofecon / Corecons entendem que é fundamental apontar para um rumo diferente. O caminho no qual se tem insistido nos últimos anos tem aprofundado a dependência externa. Se, de um lado, obteve sucesso na estabilização dos preços, de outro desestabilizou elementos fundamentais da economia brasileira, como o balanço de pagamentos, a possibilidade de crescimento no nível de produção e emprego, e as finanças públicas.

Insistimos: é fundamental retomar o caminho do crescimento da produção, cuja ampliação deve ser financiada, especialmente no que concerne à pequena e média empresa rural e urbana, respon-

sável por parte significativa do emprego no país. O desemprego não é apenas socialmente injusto, como restringe as possibilidades de crescimento e a renda da economia, devendo por isso ser prioridade fundamental da política econômica do país buscar resolver de forma consistente este problema, o que só pode se dar pelo crescimento da produção e do investimento.

O ajuste das contas públicas, em que pese a necessidade de se redimensionar e reavaliar o Orçamento público federal - o que deve ocorrer de forma democrática e transparente, e não sob a pressão de acertos com instituições financeiras multilaterais - tem de ser feito no sentido de privilegiar o atendimento às áreas sociais e a viabilidade financeira de estados e municípios. Estes são responsáveis não apenas por importante parcela do gasto social, como pelas possibilidades de aproveitamento de oportunidades de crescimento localizado, em especial viabilizando a expansão das pequenas e médias empresas.

Insistir no caminho da defesa da soberania, do crescimento da produção e da renda, e no combate ao desemprego, privilegiando a pequena e média empresa nacional e os negócios locais é fundamental para se enfrentar a crise econômica que virá, apontando para a justiça social, a democracia e o desenvolvimento.

São Paulo, novembro de 1998

Cofecon  
Corecons

## LANÇAMENTOS DO CONSELHO

O Corecon-RJ, IERJ e Sindecon lançaram as publicações:

- Perfil dos Economistas
- Guia dos Consultores em Economia
- VIII Prêmio de Monografia
- Ensino de Economia - Questões Práticas e Empíricas

As publicações foram editadas para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso à informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. Solicite o seu!

## DOAÇÃO DE LIVROS

A campanha "Doe livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento", promovida pelas entidades dos economistas - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon - está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas - economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias). A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17h, na Biblioteca Eginardo Pires.

## CONVÊNIO

## CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Tarsila do Amaral. Pintora brasileira, nascida em Capivari, São Paulo, Tarsila do Amaral estudou com Pedro Alexandrino e, na Europa (1921), com Léger, companhia de Cendrars. Data de então o movimento Pau-Brasil, variante brasileira do Cubismo. Tarsila conquistou o segundo prêmio de pintura da Primeira Bienal de São Paulo.

Nota técnica (capa): Ruas e casas, buril com área impressa de 11,4 x 22,7 cm. Reprodução: João Diaz.

## ARTIGO

por Sonia Rocha

# Estabilização, mercado de trabalho e a evolução recente da pobreza

Muito se falou sobre a redução da pobreza no Brasil após o Plano Real. Tratava-se, especificamente, da pobreza vista como insuficiência de renda, que responde de perto às variações do nível de atividade da economia, como se constatou ao longo da década de 1980. Os dados para 1995 evidenciam que se passou a um patamar de incidência de pobreza inferior ao verificado entre 1981-1993. Nesse período, apesar de apresentar fortes oscilações, a proporção de pobres na população total se situava em torno de 30%.

A retomada iniciada em 1993 e os efeitos do plano de estabilização levaram a mudanças importantes. Entre setembro de 1993 e setembro de 1995, o rendimento médio apresentou um ganho real expressivo, que ocorreu de maneira mais acentuada entre os que recebiam rendimentos mais baixos. Assim, no décimo inferior da distribuição, o rendimento teve desempenho excepcional, quase dobrando de valor no período, passando de R\$ 26,00 em 1993 para R\$ 48,00 em 1995 (preços de setembro de 1996). No segundo décimo da distribuição, os ganhos também foram significativos, apresentando um aumento de 58% no mesmo período. Essa evolução dos rendimentos teve efeitos diretos sobre a redução da pobreza no período: a proporção de pobres passou de 30% (43,3 milhões de pessoas) em 1993 para 20% (30,4 milhões de pessoas) em 1995. O fenômeno foi geral, afetando todos os estratos de residência e regiões, embora existam alguns aspectos a destacar (Figura 1).

vel. No que concerne à sua participação no número de pobres do país, a evolução entre 1993 e 1995 mostra um agravamento da dicotomia Norte-Nordeste versus Centro-Sul, sendo que a evolução mais adversa ocorreu na região Norte. Na verdade, a participação do Norte urbano no número de pobres no Brasil vem aumentando paulatinamente, passando de 3,8% em 1981 para 9,3% em 1995. Trata-se de uma tendência preocupante, tendo em vista que a participação da população urbana da região na população brasileira era de apenas 4,5% nesse último ano. No Nordeste, os resultados se mostraram menos adversos que no Norte, embora a concentração de pobres na região seja alarmante, especialmente tendo em vista o tamanho do contingente populacional envolvido - 13,4 milhões de pessoas -, o equivalente a 44% dos pobres brasileiros.

Os dados relativos a 1996 permitem verificar que o patamar de incidência de pobreza no Brasil se mantém praticamente inalterado em relação ao ano anterior, qualquer que seja a linha de pobreza arbitrada. As proporções de pobres, que correspondem a linhas de pobreza que podem assumir valores entre 1/4 e 2 salários mínimos para a renda familiar *per capita*, são praticamente coincidentes nos dois anos (Figura 2). Esses resultados indicam que os efeitos distributivos do plano de estabilização tinham se esgotado em setembro de 1996 e que a proporção de pobres se estabilizava num novo patamar. No entanto, esta acomodação do indicador de pobreza para o país como um todo encobre evoluções localmente diferenciadas em função do impacto da reestruturação produtiva, podendo-se verificar uma evolução já adversa em São Paulo ou ainda favorável no Rio de Janeiro.

**FIGURA 1**  
Número e proporção de pobres no Brasil, segundo regiões e estratos 1981, 1990, 1993 e 1995

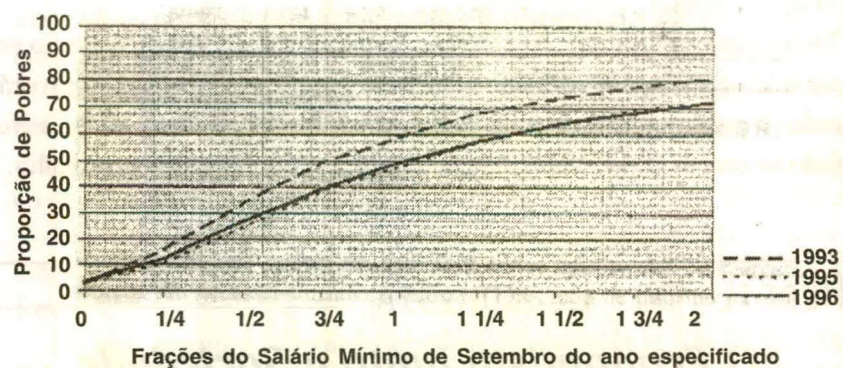
Regiões e estratos	1993			1995		
	Nº (mil)	Prop. (%)	Cont. (%)	Nº (mil)	Prop. (%)	Cont. (%)
Norte	3.314	52,63	7,66	2.836	42,00	9,32
Nordeste	18.854	45,62	43,57	13.488	30,98	44,31
M.G./E.S.	4.570	24,90	10,56	2.997	15,80	9,84
R. Janeiro	3.816	30,16	8,82	2.634	20,27	8,65
São Paulo	7.262	22,63	16,78	4.413	13,41	14,50
Sul	3.307	14,91	7,64	2.480	10,90	8,15
Centro-Oeste	2.153	22,48	4,97	1.590	15,78	5,23
Metropolitano	14.156	32,32	32,71	9.084	20,13	29,84
Urbano	18.835	27,00	43,52	14.065	19,16	46,21
Rural	10.286	35,58	23,77	7.289	24,74	23,95
BRASIL	43.277	30,37	100	30.438	20,57	100

Fonte: IBGE/PNAD 1993 e 1995 (tabulações especiais).

Algumas características estruturais da pobreza no Brasil se mantêm. Ela tem um forte componente regional: sua incidência, quaisquer que sejam os indicadores utilizados, é mais elevada no Norte e Nordeste, reduzindo-se quando caminhamos em direção ao Sul. Por outro lado, apresenta-se sensivelmente mais alta nas áreas rurais, embora em São Paulo e no Rio de Janeiro, as regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano. Para o conjunto do país, embora a proporção de pobres se mantenha mais elevada em áreas rurais (25%), os pobres urbanos já são larga maioria, correspondendo a 76% dos pobres brasileiros.

Não há indícios de que as regiões Norte e Nordeste estejam em vias de romper com sua herança de pobreza e alterar sua posição relativa desfavorá-

**FIGURA 2**  
Proporções de pobres para valores da linha de pobreza entre 1/4 e dois salários mínimos Brasil - 1993, 1995 e 1996



Fonte: IBGE/PNAD 1993, 1995 e 1996 (tabulações especiais).

O fato de os resultados da PNAD 1997 ainda não estarem disponíveis impossibilita estimativas nacionais sobre a evolução mais recente da incidência de pobreza, levando-se em consideração, como é essencial, todos os rendimentos das pessoas para o cálculo da renda familiar. As evidências indiretas disponíveis referem-se às informações da PME sobre o comportamento do mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, cuja população corresponde a 25% da população brasileira (Figura 3). No período de

julho de 1994 a julho de 1998, observa-se que, apesar da forte tendência de alta da taxa de desemprego, o processo de criação de novos postos de trabalho foi mais robusto, resultando num saldo ainda positivo em termos de número de pessoas ocupadas no período: no conjunto das seis metrópoles havia 760 mil pessoas ocupadas a mais, superior em 235 mil ao acréscimo do número de desempregados (523 mil). Como consequência, enquanto aumentava o rendimento médio real, houve ganhos no valor da massa salarial. Os rendimentos de junho de 1998, porém, mostram uma inflexão em relação aos verificados um ano antes, afetando de forma adversa a evolução da massa salarial. Por razões conhecidas, os resultados para São Paulo mostram oscilações mais acentuadas que os relativos ao conjunto das seis metrópoles, com evolução mais favorável até 1997 e deterioração mais forte no último ano.

**FIGURA 3**  
**Indicadores de Mercado**

Indicadores de Mercado		Ocupados		Desempregados		Rendimento Médio Real	Massa Salarial Real (Nº Índice)
		Nº (mil)	% PEA	Nº (mil)	% PEA		
<b>Regiões</b>	jul-94	15.517	94,5	896	5,5	588,74	100
<b>Metropolitanas<sup>(1)</sup></b>	jul-95	16.001	95,2	815	4,8	665,73	117
	jul-96	16.254	94,4	963	5,6	683,91	122
	jul-97	16.387	94,0	1.043	6,0	698,04	125
	jul-98	16.278	92,0	1.420	8,0	682,50	122
<b>Variações</b>	jul/98-jul-94	+ 761	-2,6	+ 524	+ 2,6	+ 15,93%	+ 22
<b>São Paulo</b>	jul-94	6.694	94,3	407	5,7	702,12	100
	jul-95	6.940	94,8	383	5,2	809,35	120
	jul-96	7.119	93,7	478	6,3	837,15	127
	jul-97	7.134	92,9	545.170	7,1	878,30	133
	jul-98	6.975	91,1	686	9,0	851,50	126
<b>Variações</b>	jul/98-jul/94 <sup>(2)</sup>	+ 280	- 3,2	+ 278	+ 3,2	+ 21,28%	+ 26

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

(1) Conjunto das seis regiões metropolitanas investigadas pela PME (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

(2) Indicadores de rendimento referem-se a junho de 1998.

São necessariamente cautelosas as inferências que essas informações sobre o mercado de trabalho nos permitem fazer a respeito da pobreza. O mercado de trabalho metropolitano tem a vantagem de sinalizar rapidamente as oscilações de curto prazo, que não necessariamente se aprofundam e se generalizam para o resto do país. Ademais, o impacto sobre a pobreza depende de como a evolução do emprego e do rendimento impacta a renda das famílias na base da distribuição da renda familiar *per capita*, a qual depende em cerca de 20% de rendimentos não associados ao trabalho, como os da Previdência Social.

Para os próximos anos, a incidência de pobreza e sua distribuição no espaço estarão fortemente influenciadas pelo atual contexto, que é favorável quando se pensa no crescimento demográfico moderado, mas muito adverso quando se enfoca a reestruturação econômica e do mercado de trabalho. Na

atual conjuntura, as possibilidades de crescimento econômico são muito limitadas, e os seus efeitos, em especial nas metrópoles e no Centro-Sul, tendem a ser concentradores. No entanto, em termos de produção e de incidência de pobreza, existem algumas tendências compensatórias, ligadas ao dinamismo do setor agrícola e à desconcentração de atividades urbanas em função da reestruturação industrial e da abertura da economia. É sintomático, por exemplo, que, apesar da queda da população rural brasileira, a participação da ocupação agrícola na ocupação total tenha aumentado no último quinquênio. Isto significa que, havendo iniciativas institucionais minimamente coerentes ligadas à reforma agrária, será possível reduzir a migração rural-urbana, abrindo caminho para melhoras adicionais da renda e viabilizando simultaneamente o provimento dos serviços públicos básicos a custos mais baixos do que nas áreas urbanas.

De qualquer modo, cabe monitorar com cuidado a evolução da pobreza nos dois contextos onde ela é mais crítica: no Nordeste e nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. No Nordeste, o objetivo primordial deve ser melhorar as condições de vida dos pobres na área rural da região – onde se localizam os bolsões de pobreza mais aguda – através da garantia de acesso à terra e melhoras na produtividade agrícola como resultado de uma ação integrada na área social (educação, saúde, alimentação) e de extensão rural. Uma vez que o setor agrícola moderno atende perfeitamente às necessidades de produção via estímulos de preço, a prioridade absoluta é o atendimento das necessidades de autoconsumo das famílias pobres, o que evoluiria progressivamente para a geração de excedentes e melhora da renda a médio e longo prazos. Como no Nordeste as fronteiras entre urbano e rural são particularmente tênues, iniciativas desse tipo afetam positivamente uma parcela ponderável dos pobres urbanos, que na verdade estão mais aptos para a vida no meio rural.

Nas metrópoles primazes, onde a pobreza está essencialmente vinculada à forma de inserção no mercado, cabe monitorar com cautela os efeitos da retomada sobre a reestruturação produtiva. No curto prazo, para aqueles que o mercado de trabalho tende a excluir, emprego e renda dependem necessariamente da iniciativa do Estado. Frentes de trabalho nas periferias metropolitanas, que são reconhecidamente deficientes em termos de infra-estrutura urbana e social, têm a vantagem de empregar os pobres nos seus locais de residência, melhorando sua condição de vida tanto via rendimento percebido como através da redução de déficits no acesso ao saneamento e a outros serviços básicos.

De maneira geral, esquemas assistenciais terão de ser mobilizados para enfrentar condições de pobreza mais críticas, enquanto iniciativas para melhorar o sistema educacional e o funcionamento do mercado de trabalho não permitam enfrentar de forma direta os problemas da pobreza absoluta e da desigualdade no país.

Sonia Rocha é economista.

## PERFIL DO ECONOMISTA

### O Economista junto à Sociedade

Com o apoio e divulgação da pesquisa *Perfil dos Economistas*, o Corecon-RJ está preparando campanha de divulgação sobre o papel do economista na sociedade, junto aos alunos de Ciências Econômicas das universidades do estado do Rio e a escolas de segundo grau do estado. No que se refere às universidades, os departamentos de Economia estão sendo contatados para agendar os eventos. No segundo caso, aguardamos apenas o envio pela Secretaria de Educação do Estado da relação de instituições de ensino do segundo grau para que possamos remeter a pesquisa e agendar as visitas de conselheiros a cada uma das interessadas. Contatos no Corecon: Secretaria de Assuntos Institucionais, telefone (021) 224-0578, fax (021) 509-8121.

## ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, Sindecon e Ierj – oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

## ARTIGO

por José Luiz Pagnussat

## Demissões não têm impacto nas contas públicas

É consensual que os desequilíbrios das contas públicas exigem medidas urgentes. O déficit público cresceu assustadoramente nos últimos anos, superando hoje 7% do PIB. Também é claro que a principal razão desse déficit são os juros elevados, os desperdícios do dinheiro público e o crescimento do gasto previdenciário.

Entretanto, mais uma vez, a demissão de servidores aparece como a "grande solução" para o equilíbrio das contas, contrariando os números e ignorando-se os impactos traumáticos dessa medida sobre todo o setor público e, em particular, sobre os próprios servidores.

Certamente, o combate à ineficiência, aos gastos desnecessários e aos desvios trariam melhores resultados para os cofres públicos, mesmo que para isso fosse necessário a contratação de novos servidores. Não creio, por exemplo, que a extinção das delegacias da Secretaria Federal de Controle, responsáveis por fiscalizar a utilização das verbas federais nos estados, contribuirá para o equilíbrio das contas. Seria mais eficiente ampliar a fiscalização.

Aliás, esta fiscalização deveria ser ampliada para todos os setores do governo. Percebe-se que algumas áreas do setor público continuam muito influenciadas por interesses privados e constituem canais de escoamento de recursos. Observa-se, também, a permanência de práticas clientelistas nos processos de terceirização, contratação de serviços e nomeação dos "cargos de confiança", os DAS.

O aumento do gasto público nos últimos anos se deveu, em parte, à proliferação dessas práticas. Outro exemplo é o crescimento do número de "funcionários públicos sem vínculo", contratados sem concurso e sem licitação. A prática da contratação de "consultores" se espalhou por toda a administração pública, respaldada por "interpretações" da legislação e pela "leitura" equivocada do projeto de reforma do Estado. Até a fundação vinculada ao Ministério da Admi-

nistração adotou a prática de contratar "prestadores de serviços" e/ou "consultores", sendo que alguns com remuneração mensal - "salário" - acima dos salários pagos pelas principais carreiras do setor público.

Por outro lado, a causa principal do desequilíbrio das contas públicas reside na política de juros altos, que impõe ao governo o pagamento de encargos financeiros extremamente elevados na rolagem da dívida pública. Só para exemplificar, na hipótese de manutenção da taxa de juros em 49,75% ao ano, o custo financeiro anual da dívida mobiliária federal será de R\$ 150 bilhões, dado que o estoque da dívida supera R\$ 300 bi-

lhões, quando consideramos R\$ 7 bilhões de déficit da Previdência Social e R\$ 35 bilhões de déficit no pagamento aos aposentados e pensionistas dos três níveis do setor público.

Este quadro de desequilíbrio das contas públicas se agravou durante o Plano Real, período em que houve congelamento dos salários dos servidores e significativa redução no quadro de funcionários públicos federais e estaduais, compensado em parte pelo aumento do número de servidores municipais. O gasto governamental se expandiu, com taxas superiores ao crescimento da arrecadação, não só no pagamento de juros, mas

são por excesso de quadros é reduzida, dado que a maioria dos estados está se ajustando à Lei Camata, que limita o gasto com pessoal a 60% da receita líquida. Hoje, apenas oito estados ainda têm gastos com pessoal acima do índice estabelecido. Vários deles implementaram programas de demissões voluntárias e estão promovendo acelerados programas de privatização. Medidas, aliás, que fizeram parte do programa, implementado pela União, de "ajuste fiscal dos estados", com o apoio de organismos internacionais, que disponibilizaram financiamentos vinculados aos acordos.

Fez parte deste programa a renegociação da dívida dos estados. Os acordos assinados transferiram a rolagem da dívida dos estados para a União, que cobra juros de apenas 6% a 7% ao ano, mas, em contrapartida, impôs aos estados programas de privatização e de demissão de servidores. Os acordos foram financeiramente favoráveis aos estados, que reduziram o custo da rolagem de suas dívidas e interromperam seu crescimento. Só para exemplificar, o pagamento de juros do estado de São Paulo para a União está em torno de R\$ 250 milhões por mês, enquanto o custo da rolagem dessa dívida supera R\$ 2 bilhões por mês.

Impor aos estados um esforço adicional de ajuste, com novas demissões, é inviável, mesmo porque a redução do número de servidores públicos nos estados, nos anos 90, segundo dados da Rais/MTb, se aproxima de 500 mil. Grande parte dos servidores restantes, em todas as esferas de governo, atua em políticas públicas essenciais. A distribuição dos servidores federais mostra, por exemplo, que 70% estão ligados a educação, saúde e Previdência. Esta distribuição, certamente, é ainda maior nos estados e municípios.

Na verdade, o quadro de pessoal do setor público brasileiro é pequeno, e alguns setores são carentes de mão-de-obra. Este é o caso das áreas de educação, saúde, Previdência, segurança e as de fiscalização e con-

**"Impor aos estados um esforço adicional de ajuste, com novas demissões, é inviável.**

**Apenas oito estados ainda gastam com pessoal mais do que 60% de sua receita líquida. E grande parte dos servidores restantes, em todas as esferas de governo, atua em serviços essenciais."**

lhões. Este custo financeiro é três vezes superior ao gasto total do governo federal com pessoal e seis vezes o gasto com pessoal ativo. Ou seja, se o governo demitisse todos os servidores federais, a redução do gasto anual seria de R\$ 25 bilhões, o que equivale a dois meses de pagamento dos juros da dívida mobiliária.

O peso das despesas com juros nas contas públicas fica evidente quando se comparam os resultados primário e operacional dessas contas. O primeiro, obtido pela diferença entre receitas e despesas não financeiras, tem sido, como regra, superavitário. Ou seja, nas três esferas de governo - União, estados e municípios -, o gasto público é menor que a arrecadação. Entretanto, o resultado operacional, que inclui os juros, tem sido sempre deficitário, superando hoje 7% do PIB.

O superávit primário vem sendo obtido apesar do resultado negativo da Previdência: o déficit da Previ-

também no custeio das ações do Estado. Este crescimento foi de mais de 5% do PIB, considerando-se a redução do superávit primário (de 5,3% do PIB em 1994 para menos de 1% do PIB em 1998) e o crescimento da arrecadação (que deverá superar 31% do PIB).

A maior parte desse aumento de gastos foi com a Previdência, parte com conservação de rodovias e, residualmente, houve incremento de gastos com saúde e educação. Aumentos insuficientes para recuperar as deterioradas rodovias, alterar o quadro caótico do ensino público e reverter a expansão das doenças de massa, típicas da pobreza. Situação provocada, em parte, pelas demissões promovidas no governo Collor, que não poupou as políticas públicas essenciais.

É importante considerar, também, que as possibilidades de demissão são limitadas: grande parte dos servidores é estável, e a hipótese de demis-

## ARTIGO

trole. Hoje, o Brasil tem 5,48 milhões de servidores públicos, sendo 596 mil no governo federal, 2,73 milhões nos estados e 2,15 milhões nos municípios. Ou seja, o Brasil tem 34 servidores por mil habitantes, enquanto os Estados Unidos têm 73, o Japão tem 44, a Alemanha tem 87, a França tem 88, a Grã-Bretanha tem 91, a Espanha tem 53 e a Itália tem 65 servidores, sempre por mil habitantes. Mesmo os países da América Latina têm, proporcionalmente, mais servidores que o Brasil.

Outro indicador de que o Brasil tem um número relativamente me-

nor de servidores públicos é a participação do emprego público na população economicamente ativa. Dados da Organização Mundial do Trabalho mostram que a proporção do emprego público na população ativa é muito maior nos países desenvolvidos, em comparação com os países em desenvolvimento. Na maioria destes, a proporção não supera 10%, enquanto na maioria dos países ricos supera 15%. No Brasil, tal proporção gira em torno de 7,4%, enquanto nos Estados Unidos é de 15%, na França e na Grã-Bretanha supera 20% e nos países da América Latina supera 10%.

Em síntese, não é plausível basear o ajuste contábil do setor público na demissão de servidores, em razão dos dados apresentados e da necessidade urgente de ampliar a atuação do Estado nas políticas públicas básicas. Não é possível esquecer a deterioração do quadro social, percebida nos indicadores alarmantes que colocam o Brasil na liderança de casos de doenças endêmicas, bem como a precariedade do atendimento na saúde, educação, Previdência e segurança. Os dados dos gastos públicos, por sua vez, apontam claramente, como vimos, para outras fontes

geradoras de déficit.

Não é razoável justificar demissões para pagar juros e sustentar uma política equivocada, que amplia o grau de exclusão e agrava as desigualdades sociais do país, um dos líderes em concentração de renda no mundo. Tampouco é razoável promover demissões com a recessão se alastrando, quando a atuação do Estado deveria se ampliar para minimizar a deterioração do quadro social.

José Luiz Pagnussat é chefe do Departamento de Economia da Universidade Católica de Brasília, professor da Enap e secretário-geral da Ange.

## PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA

por João Paulo de Almeida Magalhães

## Armatya Kumar Sen

O currículo de Armatya Sen nada fica a dever ao de qualquer de seus antecessores agraciados com o prêmio Nobel de Economia. Com doutorado pela universidade de Cambridge, foi professor, sucessivamente, nessa instituição, na London School of Economics e nas universidades de Oxford e Harvard. Presidiu a Sociedade de Econometria, a International Economic Association, a Indian Economic Association e, finalmente, a American Economic Association. Publicou cerca de 200 livros, artigos e outros trabalhos científicos.

A contribuição de Sen foi ampla e diversificada. Michel Beaud, recapitulando a obra desse economista, mostra que ela versou sobre o desenvolvimento e a escolha de técnicas apropriadas, criticou a presunção de racionalidade, aprofundou a teoria do bem-estar social levando em conta as relações entre objetivos sociais e as escolhas interdependentes dos indivíduos, refletiu sobre a medida da desigualdade, do nível de vida e da pobreza e explicou as grandes fomes, não pela falta absoluta de alimentos mas pela desigual distribuição dos direitos a esses alimentos.

Portanto, o tema central sempre foi o desenvolvimento e a pobreza dele resultante. Esse fato torna importante a premiação de Sen. Os estudos sobre o problema do subdesenvolvimento tiveram grande importância logo após a Segunda Guerra Mundial. Dois dos especialistas na matéria receberam o prêmio Nobel: Arthur Lewis, com seu importante trabalho *Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de trabalho* (1954), que deu origem aos estudos sobre o dualismo nas economias retardatárias, e Gunnar Myrdal, com seu *Asian Drama: an Inquiry into the Poverty of Nations* (1972).

A partir da década de 1980, contudo, e até recentemente, os estudos sobre o desenvolvimento (que partiam da premissa de que o processo dinâmico das economias retardatárias não repetia a experiência histórica dos

atuais desenvolvidos) caíram em desprestígio. Escrevendo em 1988, Clive Bell afirmou que a economia do desenvolvimento fora reincorporada à *mainstream economics*. O brasileiro Albert Fishlow, comentando o monumental *Handbook of Development Economics*, coletânea publicada em 1988 pela North Holland, afirmou que o trabalho corria o risco de nascer obsoleto, tal o abandono da matéria que constituía seu tema principal. Albert Hirschman, autor do clássico *Strategy of Economic Development*, seguia na mesma linha.

Recentemente, no entanto, começaram a aparecer claros sintomas de reversão desse quadro. No que se refere ao processo dinâmico das economias maduras, há clara retomada de interesse, com o surgimento dos trabalhos sobre o crescimento endógeno, iniciados com a publicação de estudo de P. Romer em 1986. Este rompeu o longo silêncio sobre o tema, que se prolongava desde o fim dos anos 70. A retomada das publicações sobre o desenvolvimento vem sendo mais tímida. Neste contexto, a premiação de Armatya Sen é fundamental, ao mostrar que a economia do desenvolvimento continua merecedora de atenção.

A honraria concedida ao economista indiano tem outro significado, de caráter mais prático. Ela sinaliza o reconhecimento da especificidade dos processos dinâmicos das economias retardatárias, o que entra em choque direto com a tese neoliberal (inspiradora do Consenso de Washington) de que políticas bem-sucedidas nos países de economia madura devem ser automaticamente transferidas para os subdesenvolvidos. Aos jovens economistas brasileiros ela informa ser importante o exame das estratégias de longo prazo e perigosa a concentração exclusiva nos problemas de curto prazo, como acontece hoje.

João Paulo de Almeida Magalhães é presidente do Ierj.

# Crise asiática e crise da economia burguesa

Entre as inúmeras vítimas da atual crise capitalista se encontram – além da hecatombe humana – mitos da teologia econômica, tratados como ciência nas universidades e nos meios de comunicação. Neste sentido, o conceito de "destruição criadora", de Schumpeter, tem, enfim, um efeito saudável e positivo para a humanidade.

## PREDIÇÃO E CIENTIFICIDADE

Graças aos trabalhos de Hempel-Oppenheimer, sabemos que a capacidade preditiva de uma dada ciência reflete o grau de sua cientificidade, pois a estrutura lógica de uma predição científica é idêntica à da explicação. Se, tendo como referência as últimas crises, avaliarmos a economia burguesa a partir desse critério, veremos que a taxa de êxito de seus prognósticos provavelmente não supera a da astrologia. Foi assim com as predições de Michel Camdessus sobre a crise da Rússia; a *laudatio* do Banco Mundial e do FMI, em 1997, sobre as "economias sãs" da Coreia, Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas; as predições sobre a capacidade creditícia dos países neocoloniais nos anos 70; os prognósticos feitos antes dos colapsos mexicanos de 1982 e 1994; e, novamente, a interpretação da crise asiática proposta pelo governo Clinton e o FMI.

O governo americano e o FMI enfocaram a crise a partir de três suposições: (a) tratava-se apenas de "pequenas inconveniências no caminho" (Clinton); (b) era uma crise local; (c) o FMI poderia restaurar a estabilidade econômica sem maiores problemas. Todas as hipóteses se revelaram falsas.

A crise já é mundial. O crescimento do produto mundial, previsto pelo FMI, em outubro de 1997, para 4,3%, cairá em 1998 e 1999 para algo em torno de 1,5%. Se levarmos em conta a taxa de crescimento da população, veremos que o capitalismo está estagnado, podendo até mesmo apresentar um crescimento *per capita* negativo nos próximos anos. O Japão, maior economia da Ásia, está em recessão profunda. Brasil e México, as maiores economias da América Latina, enfrentam iliquidez aguda.

Em vez de controlar a crise, o FMI entrou (a) em um sério problema de liquidez para operações futuras de ajuda, (b) teve que abandonar sua ortodoxia fiscal e monetária, e (c) gerou sérias tensões com as elites asiáticas por causa de suas políticas consideradas neocoloniais.

Os constantes equívocos de predição dos *experts* burgueses nos conduzem a uma inferência ineludível: eles não podem prever o comportamento do sistema porque não compreendem as relações causais – determinísticas, probabilísticas e aleatórias – entre suas principais variáveis. Logo, para tratar de seu objeto de estudo, têm que lançar mão de descrições *ad hoc*, explicações *post festum* e modelos platônicos.

Em resumo: a economia burguesa – excetuando-se certos métodos matemáticos e algumas correlações empíricas (verdadeiras porém triviais, por serem evidentes) – é, essencialmente, um sistema de propaganda, ou uma teologia. O totem (Deus) desta teologia é o livre mercado.

## O MERCADO

Os executivos e ideólogos do capital geralmente definem o mercado como um sistema que possui duas grandes propriedades: (a) é de natureza cibernética e (b) apresenta eficiência, justiça e compatibilidade com a democracia superiores às obtidas pela ação do Estado.

Vejam se isso é verdade. Um sistema cibernético se caracteriza por sua capacidade de auto-regular-se, em interação com o entorno. Neste sentido, o capitalismo é um sistema cibernético. Mas é um sistema cibernético *sui generis*, pois seu comportamento está determinado essencialmente pelas decisões e interesses de uma elite empresarial global que

soma mais ou menos 2 mil capitalistas (ao contrário do sistema solar, cujas forças determinantes e cuja lógica de evolução escapam completamente da influência humana).

Os economistas do sistema ocul-

Se o mercado é uma instituição produzida pelo homem – como a guerra –, não há nenhuma razão *a priori* que impeça os homens de guiá-lo. Se o capitalismo (global) não responde aos interesses das maiorias, isso

"O valor de mercado de uma empresa pode ser de US\$ 6 bilhões em um dado momento e, duas semanas depois, de US\$ 3 bilhões. A física ainda estaria na alquimia medieval se operasse com medidas subjetivas desse tipo."

tam esta verdade para atingir objetivos doutrinários: (a) pretendem livrar a burguesia de suas responsabilidades sociopolíticas, pois, se o mercado mundial é um sistema "auto-regulado" (ou seja, situado fora do controle humano), então empresários e políticos não são responsáveis pelos desastres capitalistas; (b) querem paralisar a resistência ao neoliberalismo, pois, se este representa forças universais, então resistir seria quixotesco. Foi isso que Ruggieri, chefe da Organização Mundial do Comércio, quis expressar, ao dizer que "querer parar a globalização" era equivalente a "querer parar a rotação da Terra".

A "mão invisível" de Adam Smith foi o primeiro conceito doutrinário que a economia burguesa cunhou para este sistema cibernético *sui generis*: reflete o caráter auto-regulado do mercado capitalista, mas o apreende sob forma ideológica, afirmando o dogma da otimização do esforço econômico humano. Friedrich von Hayek, Milton Friedmann e outros propagandistas da economia burguesa simplesmente modernizaram o tema com os jargões do momento.

não ocorre porque sua constituição sistêmica o impossibilite, mas porque os interesses e poderes das elites o tornam impermeável às necessidades das maiorias.

Ainda mais ideológica que a noção até aqui discutida é a noção de "livre mercado", ou seja, de um mercado que atua obedecendo aos determinantes de oferta e demanda, sem regulação por parte do Estado e da sociedade. Começando com as duas mercadorias centrais do sistema (trabalho e capital), passando pelos mercados setoriais mais importantes no mundo (agricultura, aeronáutica, automóveis, informática, etc.), até a instituição capitalista por excelência (as bolsas de valores) – nada no mundo real sustenta essa ficção. Se o livre mercado existisse, o capital poderia economizar os altos salários dos 20 mil funcionários do Banco Mundial, do FMI e dos ministérios da Economia.

Tampouco há evidências empíricas para sustentar o mito de que uma economia de mercado seja, *a priori*, mais eficiente, justa e democrática que uma economia planificada. Se isso fosse correto, não se entenderia

## ARTIGO

por que, em situações de guerra, quando as nações precisam atingir a máxima eficiência possível, todos os Estados interferem no sistema para edificar economias centralmente planejadas e controladas, como ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos, Alemanha e Japão durante a Segunda Guerra Mundial. O mesmo vale para a reação americana ao trauma do Sputnik ou à incapacidade competitiva de sua indústria de microchips nos anos 80. Segundo a lógica de Von Hayek e demais neoliberais, o comportamento capitalista deveria apontar em direção contrária.

Estas reflexões têm uma implica-

ção importante: a diferença entre a economia planejada, ou socialista, e a capitalista de mercado não consiste em que a primeira opere como um sistema de decisões humanas e a segunda como um sistema auto-regulado não-humano. A dinâmica de ambos os sistemas depende de coletivos humanos, um formado por funcionários estatais de um partido político, o outro por donos, executivos e políticos vinculados ao capital. Não há razão para se pensar que as decisões do segundo coletivo são mais eficientes, democráticas e justas que as do primeiro. Não há evidências empíricas que o demonstrem.

## A MEDIDA DO VALOR

Outro dos grandes problemas científicos da economia burguesa decorre da ausência de um sistema de unidades de medida absolutas dos valores objetivos de produtos e serviços. A física ainda estaria na alquimia medieval se operasse (como o faz a economia burguesa com sua teoria subjetiva do valor) com medidas erráticas e subjetivas, nas quais o valor de mercado de uma empresa pode ser de US\$ 6 bilhões em um determinado momento e, duas semanas depois, de US\$ 3 bilhões (como ocorreu quando da crise asiática), apesar de o capital físico e "humano" da em-

presa permanecer exatamente o mesmo.

Já é tempo de resgatar a economia política das mãos dos executivos e propagandistas do capital e devolver a essa disciplina o *status* científico e ético que deveria ter, como um subsistema da *polis* que dá de comer a todos os seus cidadãos, em lugar de ser uma máquina de produção de lucros, que destrói não só milhões de vidas a cada ano, mas o próprio sentido da existência humana como tal.

Heinz Dieterich Steffan é doutor em Ciências Sociais e Econômicas, Universidade Autónoma Metropolitana, México.

## BOLSA DE EMPREGOS

"CUIDE BEM DE SUA EMPRESA!"

O Corecon é o órgão de maior competência para lhe oferecer o economista certo para o cargo exato! Consulte hoje mesmo nossa Bolsa de Empregos! Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel: 224-0578.

## FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de novembro.

## Net Bureau®

Computadores

Salas confortáveis

Internet on-line

e-mail

Impressoras

\*Serviços Part Time ou Full Time

Tudo isto no mais moderno  
**escritório virtual**  
do Rio de Janeiro

Comércio eletrônico

Home pages

Tele conferências

Data show

Digitadores



Você só paga o que usar

Endereço nobre no Centro do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega 80 cj 401

**507-0642** [www.nbureau.com.br](http://www.nbureau.com.br)

Ao apresentar este anúncio ganhe  
**INTEIRAMENTE GRÁTIS**

5 dias de acesso.

**PROLINK**

Qualidade é o suporte da PROLINK®

- MELHOR RELAÇÃO USUÁRIO POR LINHA
- ATENDIMENTO PERSONALIZADO
- ACESSOS RÁPIDOS E EFICIENTES
- O MELHOR ACESSO PELO MELHOR PREÇO

**507-0642**

[www.prolink.com.br](http://www.prolink.com.br)



## FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Fique por dentro da proposta de Orçamento que a Prefeitura do Rio enviou à Câmara Municipal. Barbosa Lima Sobrinho adere à luta pela democratização do Orçamento carioca, e a *Folha de S. Paulo* denuncia remanejamentos para publicidade. Leia mais sobre o questionário do Fórum!

### A PROPOSTA OCULTA

O prefeito Luiz Paulo Conde apresentou sua proposta orçamentária para 1999. O Fórum vem a público manifestar sua opinião inicial a respeito. É preciso ressaltar que os dados disponíveis são somente os obtidos no *Diário da Câmara Municipal*, edição de 1º de outubro de 1998. Esses dados foram publicados no texto do projeto de lei referente à mensagem de apresentação e em alguns quadros em anexo. O quadro geral da receita e da despesa constante do Orçamento de 1999, da administração direta, indireta e fundações, não havia sido publicado até o final dessa edição.

Entendemos o Orçamento como um dos mais importantes instrumentos de transparência da atividade governamental. Coerentemente, lutamos para torná-lo um documento capaz de refletir os anseios do cidadão carioca. Para que isso ocorra, é necessário que a proposta orçamentária reflita as intenções do Poder Executivo Municipal. A proposta sob análise estima as receitas em quase R\$ 5 bilhões (R\$ 4.863.216.988,00). Esse valor representa um acréscimo de 9% em relação ao que foi estimado para o exercício de 1998. Esse aumento dar-se-ia em função de um crescimento de 8% nas receitas tributárias e de um percentual não explicitado do repasse do ICMS.

O presente Projeto de Lei de Orçamento de 1999 está em tramitação na Câmara Municipal e já recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. O vereador Jorge Bittar, que também faz parte dessa comissão, votou separadamente contra a proposta. Para Bittar, tal aumento não se justifica, tendo em vista "as projeções do Governo Federal, segundo as quais o crescimento da economia brasileira em 1999 deverá ser nulo ou negativo."

É interessante confrontar esta opinião com a do prefeito, expressa na mensagem de encaminhamento da proposta. Luiz Paulo Conde afirmou que "o exame do presente Projeto de Lei de Orçamento de 1999 deve considerar, necessariamente, a conjuntura econômica nacional..."

Sem dúvida, são análises opostas. Em tese, é compatível o crescimento de receitas municipais dentro de uma conjuntura nacional de recessão. Porém, a tabela dos recursos do Tesouro Municipal, a seguir, demonstra que isso não é verdadeiro no caso do município do Rio de Janeiro.

EXERCÍCIO	Em R\$ mil		% b/a
	PREVISTO	ARRECADADO	
1995	2.962.283	2.509.089	(84,7)
1996	4.017.925	2.720.486	(67,7)
1997	3.463.995	2.977.000	(85,9)
1998	4.122.164	nd	-
1999	4.418.403	nd	-

Fonte: Prestação de Contas de 1995, 1996 e 1997; Lei nº 2.613/97 e Proposta orçamentária de 1999.

Pelo exposto, fica difícil acreditar nas seguintes palavras do prefeito em sua mensagem: "Neste contexto, a proposta orçamentária que ora lhes apresento é compatível não só com o nível de receitas passível de efetivação em 1999, mas também a longo prazo, pela Prefeitura."

Afinal, qual é a intenção do governo carioca ao superestimar as receitas? É muito simples. A lei orçamentária estima a receita e fixa (autoriza) uma despesa de igual valor. Logo, a partir do montante (elevado) estimado para as receitas, a autorização para os gastos fica acima do efetivamente arrecadado. Esse é um artifício perigoso para o equilíbrio das contas públicas, conforme salienta o professor Heraldo da Costa Reis, da UFRJ, em seu livro *A lei 4320 comentada*.

Mas, o "pulo do gato" ainda está por vir. O valor total da despesa fixado na lei orçamentária é o parâmetro para a margem de remanejamento. A margem solicitada na presente proposta é de 25%, cerca de R\$1,2 milhão. Portanto, quanto maior for a estimativa da receita, maior será a margem de alteração do orçamento.

A proposta orçamentária para 1999, nos moldes em que está, serve para gastar os recursos públicos sem a efetiva compatibilização com a arrecadação. Além disso, ela dá possibilidades para que a Prefeitura altere de forma indiscriminada as prioridades expressas, inibindo assim a possibilidade de conhecermos as verdadeiras intenções e prioridades do Poder Executivo Municipal.

### QUESTIONÁRIO NOVO

Mais de 70 mil cidadãos cariocas já receberam o questionário do Fórum e podem expressar sua opinião sobre o destino dos recursos do município. Repetindo uma iniciativa do ano passado, o Fórum Popular do Orçamento está distribuindo entre diferentes setores da sociedade carioca um questionário que visa a conhecer as prioridades da população. Na próxima edição, traremos um balanço com as novas respostas.

### UM ALIADO CENTENÁRIO

A arquitetura antiga e as fotos nas paredes dão algumas pistas sobre o longo passado de luta pela democracia que marca a história da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Sentado em uma pequena poltrona junto à janela está um dos homens mais notáveis que o Brasil conhece, e cuja história confunde-se com a da instituição que preside há mais de trinta anos.

Muito lúcido e bem humorado, Barbosa Lima Sobrinho recebeu, no mês de setembro, alguns membros do Fórum. O jornalista elogiou a iniciativa e prontamente começou a discorrer sobre uma de suas tantas batalhas a favor da cidadania. Lembrou-se de quando percorreu o Brasil inteiro, durante a ditadura, em uma campanha a favor da democracia, ao lado de Ulysses Guimarães.

Além de contar um pouco de sua história, o centenário jornalista comprometeu-se a escrever o prefácio da próxima edição do caderno *Cidadania no Orçamento*. O texto foi entregue no mês passado e passa a fazer parte da história do Fórum Popular, que conquistou, sem sombra de dúvidas, um aliado e tanto para democratizar o Orçamento da nossa cidade.

### FÓRUM NA FOLHA

O prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde (PFL), já gastou 97,4% do orçamento previsto no início do ano para publicidade. Além disso, aumentou as verbas desse programa em 88%, através dos remanejamentos. Essa denúncia foi publicada na *Folha de S. Paulo* do dia 27 de setembro.

A matéria, que citava o Fórum Popular do Orçamento, chamava atenção para o aumento progressivo dos gastos com publicidade, à medida que se aproximava o primeiro turno das eleições.

Segundo dados da reportagem, de janeiro a fevereiro, esses gastos foram de

0,9% do orçamento previsto. Em março e abril, eles sobem para 10,1%. Em maio e junho, os gastos chegam a 31,3%. Em julho e agosto, eles são de 55,1%.

O remanejamento de 20% do Orçamento, aprovado pela Câmara em abril deste ano, dá margem para que o prefeito aumente os recursos para propaganda e torna difícil o controle do dinheiro público por parte da sociedade.

Segundo a matéria, o coordenador de publicidade da Prefeitura, Luiz Alberto Bettencourt, disse que os gastos elevados se justificam porque quase todas as campanhas da Prefeitura para este ano – a maioria sobre serviços e anúncios sobre o Rio Cidade e o Favela Bairro – já foram veiculadas.

O programa Favela Bairro, que visa a urbanizar favelas da cidade, teve menos de 20% de seu Orçamento executado até o mês de setembro.

### ORÇAMENTO DE PARATI

"Como economista credenciado no Corecon-RJ e atuante no município de Parati, tenho acompanhado a coluna do Fórum Popular do Orçamento pelo *Jornal dos Economistas*. (...) Gostaria de receber encarecidamente de V.Sa. informações relevantes (...) sobre como funciona o Fórum Popular do Orçamento no Rio de Janeiro; quais os requisitos necessários para a instalação deste mesmo mecanismo de participação e avaliação popular no nosso município (...).

Gostaria de receber, também, o caderno *Cidadania no Orçamento*."

Dax Peres Goulart

Caro Dax,

Gostaríamos de agradecer seu interesse e informar que entraremos em contato para fornecer as informações solicitadas em seu fax. O caderno *Cidadania no Orçamento* já foi enviado, com o nosso questionário em anexo. Continue acompanhando nossa coluna!

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do

**Fórum Popular do Orçamento**

acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org.

A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Renata Carvalho e Ruth Espínola.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

## ENTREVISTA

# JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES

## A neurose antiinflacionária virou um problema

### JORNAL DOS ECONOMISTAS:

Desde os anos 80, o Brasil não encontra um padrão de crescimento sustentado. Como você vê isso?

**JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES:** O fim da substituição de importações liquidou um ciclo. A expectativa original era de que nosso modelo, voltado para dentro, desembocasse em um crescimento auto-sustentado, mas isso não ocorreu. Creio que esbarramos em insuficiência de mercado. Enquanto a substituição de importações se desenvolvia com vigor, o mercado disponível era a soma do mercado preexistente, até então abastecido por importações, e do crescimento vegetativo desse mesmo mercado, trazido pelo aumento do PIB, que em nosso caso foi de 7% ao ano. Quando o processo substitutivo se esgotou, o crescimento do mercado interno passou a depender apenas do crescimento PIB. As oportunidades de investimento diminuíram, o desenvolvimento se tornou mais lento.

A substituição de importações se esgotou sem que nosso PIB tivesse atingido um nível suficiente para manter o impulso apenas a partir de seu próprio incremento. Incapazes, nesse novo contexto, de sustentar as taxas anteriores de crescimento, optamos por tentar um "crescimento para fora", aumentando nossa integração no mercado mundial. Considero isso, em princípio, correto. Mas esse novo direcionamento admite, pelo menos, dois modelos básicos: o passivo, ou neoliberal, que estamos adotando; e o ativo, que foi seguido, por exemplo, pelos países do Leste da Ásia. Eu defendo esta última via.

Participante do debate econômico brasileiro desde os anos 50, João Paulo de Almeida Magalhães mantém a grande atividade intelectual que sempre o caracterizou. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris I (1953), livre docente pela USP (1956), professor-titular da UFRJ (1965) e da UERJ (1996), e presidente do IERJ, permanece escrevendo, ensinando e, sobretudo, pensando o futuro do Brasil. Seus dois últimos livros foram *Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira* (Rio de Janeiro, Editoras da UFRJ e da UERJ, 1996) e *Causas da inviabilização econômica da América Portuguesa* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997). Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, João Paulo critica a inserção passiva do Brasil no mercado mundial, a preocupação em manter a inflação próxima de zero a qualquer custo e o abandono da perspectiva do crescimento. Defende um desenvolvimento voltado, prioritariamente, para o mercado mundial, mas conduzido com firme atuação do Estado e baseado no fortalecimento das empresas nacionais.

**JE: Quais as diferenças fundamentais entre as duas alternativas?**

**JOÃO PAULO:** Creio que são quatro: o papel do Estado, a forma de inserção no mercado mundial, o peso relativo das poupanças interna e externa e o papel das empresas multinacionais.

A inserção passiva pede um Estado mínimo, de modo que a economia se submete completamente aos sinais de mercado, tal como aparecem no presente. Além disso, ela conduz a uma abertura abrupta às importações, estimula o uso exagerado de poupança externa e atribui às multinacionais o mesmo papel-chave que elas tiveram no ciclo anterior.

**JE: Que problemas decorrem daí?**

**JOÃO PAULO:** Sem a interven-

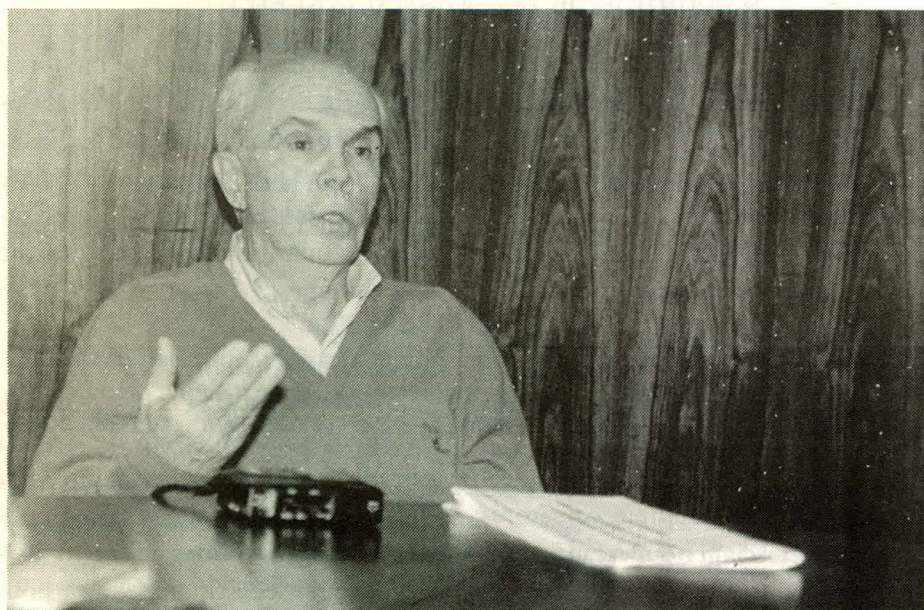
ção de um agente que planeja o futuro, tendemos a nos especializar em produtos que apresentam vantagens comparativas estáticas, como as *commodities*, intensivas em insumos, matéria-prima e mão-de-obra, portadoras de baixo valor adicionado por trabalhador e pouco dinâmicas no mercado mundial. Esses produtos não podem comandar o nosso processo de desenvolvimento. Por dependermos muito deles, nossas exportações têm crescido abaixo da média do comércio mundial, o que é trágico para um país que pretende crescer para fora.

A abertura abrupta às importações, por sua vez, não conduz necessariamente a um choque de modernização, como dizem os seus defensores. Traz em si os perigos, perfeitamente previsíveis, da desindustriali-

zação e da desnacionalização. As multinacionais vieram para o Brasil dentro de uma estratégia de *second best*. Com o mercado interno protegido, viram-se obrigadas a instalar filiais aqui. Hoje, com uma economia totalmente aberta, é natural que tendam a inverter esse movimento, voltando a trazer produtos de fora e mantendo no Brasil, principalmente, as cadeias de distribuição.

Quanto à poupança, não pode haver dúvida de que ela tem que se formar, antes de mais nada, dentro do próprio país. Nos últimos anos, estamos recebendo muito capital estrangeiro, mas a taxa de investimentos permanece baixa. É muito preocupante: temos aumentado o passivo externo, em grande medida, para financiar o consumo.

Finalmente, precisamos redefinir o peso e o papel das multinacionais. Se quisermos nos integrar mais profundamente nos fluxos internacionais, temos que forçar as empresas aqui sediadas a entrar pesadamente nos grandes mercados do mundo, ou seja, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão. Mas esses mercados são controlados pelas matrizes das empresas multinacionais que lideram nossa própria economia. Não é razoável imaginar que as filiais vão disputar os mercados de suas matrizes. Por isso, as multinacionais instaladas no Brasil praticamente só exportam artigos mais refinados para a própria América Latina, respeitando, evidentemente, uma divisão de áreas que lhes é imposta de fora. Ocorre o contrário, por exemplo, na Coreia do Sul e em Taiwan, que têm grandes empresas nacionais exportadoras, cria-



FOTOS: JOÃO DIAZ

As posições do FMI estão longe de expressar uma unanimidade no sistema internacional. A Unctad defende que os países atingidos por um ataque especulativo devem decretar moratória unilateral, controlar os fluxos de saída e chamar os credores para negociar. Se fizéssemos algo nessa linha, teríamos esse órgão das Nações Unidas do nosso lado.

das a partir de sólido apoio dos respectivos governos.

**JE:** *Que inflexão estratégica você propõe?*

**JOÃO PAULO:** Precisamos evoluir para um modelo de integração ativa no mercado internacional. O Estado deve agir, sobretudo para criar vantagens comparativas dinâmicas em setores nos quais o mercado internacional tende a crescer com maior rapidez. Isso exige um planejamento que inclua não apenas a infra-estrutura, mas sobretudo as atividades diretamente produtivas, num processo que não pode ser espontâneo nem será liderado pelas empresas multinacionais. A desnacionalização da nossa economia, que está em curso acelerado, é da maior gravidade. Sob este aspecto, estamos fazendo exatamente o oposto do que deveríamos fazer.

**JE:** *O governo tem insistido na importância das exportações...*

**JOÃO PAULO:** O governo estimula as exportações de maneira tópi-

ca, mas não age a sério para constituir uma estratégia de industrialização exportadora, que exigiria uma política industrial de largo espectro. É um erro grave. Nossa maior integração no mercado mundial, de todo desejável, deveria ser puxada pelas exportações, admitindo-se um aumento nas importações que fosse compatível com o nosso desempenho exportador. Não é o que fazemos hoje.

**JE:** *Como elevar nossos níveis de poupança, para fazer frente a essa nova estratégia?*

**JOÃO PAULO:** Os trabalhos disponíveis indicam que um modelo eficaz de desenvolvimento induz à formação de poupança interna. Se isso for verdadeiro, é uma boa notícia. A experiência empírica parece fortalecer essa hipótese. Os países asiáticos, por exemplo, conseguiram taxas de mais de 30% de poupança, sem que seguissem uma mesma receita. Isso pode indicar que a poupança tem realmente um caráter endógeno muito forte: se o modelo de desenvolvi-

mento é correto e confiável, ela tende a se fortalecer.

**JE:** *Por que você defende a via exportadora, se nosso mercado interno é grande e permanece, em larga medida, inexplorado?*

**JOÃO PAULO:** O crescimento para fora me parece mais racional do ponto de vista de uma alocação eficaz de recursos: passamos a lidar com um mercado muito maior e somos desafiados a elevar nossos níveis de produtividade. Reconheço, no entanto, que um país como o Brasil – gigantesco e ainda em processo de formação – tem de ter uma política ativa para proteger e desenvolver seu mercado interno. A dimensão potencial desse mercado é um trunfo nosso, que outros países não têm. Se o quadro mundial evoluir na direção de um predomínio da regionalização – com os países desenvolvidos se fechando, isoladamente ou em blocos, o que me parece possível –, teremos que fazer uma inflexão para o nosso mercado local, seja nacional ou supranacional, no âmbito do nosso próprio bloco. Acho a opção pelo mercado externo mais eficiente, mas reconheço que são legítimas as preocupações no sentido de que essa estratégia pode vir a enfrentar obstáculos maiores do que os do passado. Nesse caso, a importância dos mercados locais ou regionais tenderá a aumentar.

**JE:** *Você é simpático à proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que vem sendo defendida pelos Estados Unidos?*

**JOÃO PAULO:** A Alca não interessa ao Brasil. Precisamos consolidar o Mercosul e, eventualmente, fazê-lo evoluir na direção da Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa). Mas, se o Brasil quiser liderar esse processo, precisa convencer seus vizinhos de que não quer ter o mesmo papel que os Estados Unidos teriam na Alca, ou seja, não quer concentrar em si a produção mais refinada, de maior valor adicionado. Teremos que nos abrir a negociações de outro tipo.

**JE:** *Como você vê a decisão de recorrer ao FMI para enfrentar a crise atual?*

**JOÃO PAULO:** O FMI acha que a forma de controlar o déficit em transações correntes é pôr fim ao déficit fiscal, que seria responsável por uma demanda global superior à nossa capacidade. Por isso, impõe receitas fortemente recessivas, que não são adequadas. Nesse caminho, se tudo der certo, prosseguiremos em nossa integração passiva, que não traz desenvolvimento. Se der errado, o governo terá que adotar o controle do câmbio mais adiante, em circunstâncias piores. Hoje, com US\$ 40 bilhões em reservas, seria o melhor momento para fazer isso.

Ao contrário do que se pensa, as posições do FMI estão longe de expressar uma unanimidade no sistema internacional. O último relatório da Unctad, que saiu há cerca de um mês, diz que um país que sofre um ataque especulativo contra sua moeda deve decretar moratória unilateral, controlar os fluxos de saída e chamar os credores para negociar. Se fizéssemos algo nessa linha, teríamos a Unctad do nosso lado.

A estratégia proposta por esse órgão das Nações Unidas evita a recessão, pois não exige cortes de despesas públicas ou aumento de impostos. Pode até proporcionar um aumento do PIB, pois, ao tornar o país independente do capital estrangeiro de curto prazo, permite uma queda imediata e radical nos juros. Além disso, ao ser acompanhada pela desvalorização cambial, encoraja os setores exportadores e os que concorrem com as importações. Por fim, embora a estratégia da Unctad não priorize o déficit fiscal, ela impede a queda das receitas públicas, ao evitar a recessão, e diminui muito uma das principais despesas do governo, a dos juros.

**JE:** *Por que o governo resiste a essa saída?*

**JOÃO PAULO:** Creio que por dois motivos. Ele acha que, mantendo bom comportamento diante dos investidores internacionais e recebendo apoio do FMI, vai reconstituir com rapidez os fluxos de capitais externos. Além disso, o caminho da desvalorização provocaria um repique inflacionário.

## ENTREVISTA

**JE:** *Isso não seria grave?*

**JOÃO PAULO:** É óbvio que uma inflação muito alta, como a que tivemos até 1994, é inaceitável. Nunca deveríamos deixar que ela chegasse a 30% ao ano. Mas a neurose antiinflacionária virou um problema entre nós. A dicotomia entre inflação zero ou hiperinflação é falsa, assim como é falsa a idéia de que precisamos ter as mesmas taxas de inflação dos países desenvolvidos. O crescimento retardatário não reproduz o crescimento das economias maduras. Não se podem comparar a natureza e o papel dos processos inflacionários em situações tão diferentes. Nas economias maduras, a inflação só traz malefícios. Mas a Coreia e o Japão, por exemplo, nos seus períodos de mais rápido crescimento, tiveram inflações bem superiores a 10%, enquanto a Índia tinha estabilidade monetária e não crescia.

Devemos dar toda prioridade ao desenvolvimento, se possível sem inflação. Mas, se para crescer tivermos que ter uma inflação de 10% ou 15% ao ano, não devemos vacilar em aceitá-la. Ela não me assusta. A tese de que qualquer inflação des-camba para a hiperinflação está errada. Vivi 25 anos em um Brasil que manteve a inflação anual na casa dos 20%; quando ela acelerava um pouco, o governo segurava. A experiência histórica mostra que assim podemos crescer 7% ao ano. O governo ainda precisa provar que podemos obter resultados semelhantes com inflação zero.

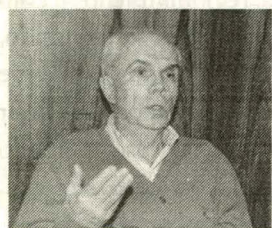
**JE:** *O governo sempre lembra o caráter redistributivo do controle inflacionário...*

**JOÃO PAULO:** É uma meia verdade. O fim da alta inflação provoca um alívio evidente, sobretudo nas camadas de renda mais baixa. Mas, um dos problemas do modelo atual é que ele nos condena ao baixo crescimento. Optamos presentemente por inflação zero sem crescimento, como Portugal na época de Oliveira Salazar. Nesse contexto, a distribuição de renda – que é um problema central para nós – se torna difícil, ou mesmo impossível, se olharmos para um horizonte de tempo um pouco mais alargado. Pois qualquer proces-

so distributivo incide basicamente sobre a renda adicional. É muito difícil distribuir para os mais pobres, diminuindo o salário do operário qualificado ou rebaixando sistematicamente o padrão de vida da classe média. Distribuição e crescimento andam juntos. Se não retomarmos este último, a renda continuará concentrada.

**JE:** *Não haveria o risco de um retorno ao regime de alta inflação?*

**JOÃO PAULO:** Fernando Henrique ganhou as eleições, claramente, por causa do controle da inflação, e por isso ele se transformou em dogma. Inventaram que temos uma “cultura inflacionária” e dizem que, se não for duramente reprimida, ela nos conduzirá de volta à situação ante-



**"A dicotomia entre inflação zero ou hiperinflação é falsa, assim como é falsa a idéia de que precisamos ter as mesmas taxas de inflação dos países desenvolvidos. Se, para crescer, tivermos que ter uma inflação de 10% a 15% ao ano, não devemos vacilar em aceitá-la."**

rior. A meu ver, a “cultura” que desenvolvemos aponta no sentido oposto: nosso trauma com a alta inflação é tão grande que, se em algum momento aquela situação ameaçar retornar, a população aceitará qualquer medida para evitá-la. Nesse contexto, todos apoiaríamos uma travada no crescimento. Mas existe um espaço – digamos, de 10% a, no máximo, 30% ao ano – onde se compatibilizam um controle razoável sobre a moeda e taxas aceitáveis de crescimento. Eliana Cardoso disse uma vez: “A inflação ideal para um país em desenvolvimento é de dois dígitos, sendo o primeiro o dígito um.” Acho que ela tem razão.

Se admitíssemos mudanças que implicam uma inflação baixa e sob controle, conseguiríamos evitar a terrível recessão que se aproxima. Isso, por si só, facilitaria o ajuste fiscal, pois traria um aumento automático nas receitas públicas. Aliás, ao contrário do que muitos dizem, a desvalorização cambial deu certo nos países asiá-

ticos, que voltaram a uma trajetória de reequilíbrio externo.

**JE:** *Você usa seguidamente o exemplo dos países do Leste da Ásia, num momento em que eles enfrentam grandes dificuldades...*

**JOÃO PAULO:** Nas últimas décadas, esses países acertaram muito mais do que erraram. Continuam a ser casos de sucesso. É preciso não esquecer que há trinta anos eles eram tão ou mais subdesenvolvidos que nós. Ao longo do tempo, discerniram com competência os setores que mais cresciam no mercado mundial, se capacitaram a mobilizar recursos e criaram empresas nacionais poderosas, voltadas para a exportação nesses setores. A Coreia do Sul, por exemplo, com um PIB equivalente

vabilidade. Ficou claro que o FMI não entra para auxiliar os governos, mas sim para sustentar os credores, pois parte do princípio de que os fluxos internacionais têm que ser mantidos a qualquer custo. A verdade é que os países asiáticos não precisavam da quantidade de capital que receberam.

**JE:** *Como assim?*

**JOÃO PAULO:** Os países menos desenvolvidos precisam de capital estrangeiro, fundamentalmente, por dois motivos: complementar a poupança interna e/ou ter acesso às divisas de que necessitam. Ora, a poupança interna no Leste da Ásia era superior a 30%, e as exportações desses países há muito tempo cresciam duas vezes mais rápido que a média mundial. Tinham criado sua própria fonte de divisas.

**JE:** *O que aconteceu, então?*

**JOÃO PAULO:** Anteriormente, o governo coreano controlava os investimentos internos, para evitar duplicações, e autorizava os empréstimos externos. Quando o país resolveu pleitear a entrada na OCDE, teve que se aproximar da ortodoxia neoliberal. Abandonou os controles. A crise não nasceu de excesso de intervenção do governo, mas da retração desse mesmo governo.

O sistema financeiro internacional, às voltas com uma liquidez enorme, logo se ofereceu a emprestar grandes somas para aqueles países que cresciam com rapidez, sobretudo para o setor privado, que não estava mais sob o controle dos governos. A irresponsabilidade dessas operações aparece clara na Tailândia, cujo setor imobiliário – sabidamente saturado – recebeu grandes empréstimos. Ora, este é um setor que faz aplicações de longo prazo, mas as operações financeiras eram de curto prazo. Além disso, ele não gera receitas em moeda estrangeira. Nesse processo, os bancos comerciais começaram a ser usados como bancos de investimento, o que fragilizou suas posições, pois são instituições de natureza diferente. Aí estão as raízes da crise dos países do Leste da Ásia. Continuo sustentando, por isso, que eles têm muito a nos ensinar.

a 1/3 do nosso, exporta quatro a cinco vezes mais automóveis que nós, todos de marca coreana. Os problemas recentes desses países não decorrem de sua opção exportadora agressiva, mas de má inserção no mercado financeiro internacional.

**JE:** *Tiveram, por isso, que recorrer ao FMI...*

**JOÃO PAULO:** Os erros do FMI na Ásia foram imensos. A Coreia do Sul crescia 9% ao ano ao longo de toda a década de 1990, tinha uma inflação anual de 5%, com déficits fiscal e em conta-corrente sob controle. Mas tomou dinheiro emprestado em excesso, usando capitais de curto prazo que, durante algum tempo, renovavam os créditos automaticamente. Com a crise na Tailândia, os investidores se apavoraram. O FMI deveria tê-los pressionado a dar novos prazos, mas preferiu alterar a estrutura interna do modelo de desenvolvimento local. Assim, transformou uma crise de liquidez em crise de sol-

- ANPEC

# XXVI Encontro Nacional de Economia

8 a 11 de dezembro em Vitória (ES)

A Anpec realiza seu congresso anual – o maior evento nacional na área de economia – na primeira quinzena de dezembro. Conta com o apoio do Sistema Cofecon/Corecon's e as entidades dos economistas do Rio de Janeiro.

Apresentam-se ali os textos mais importantes produzidos pela academia, explorando as fronteiras do conhecimento científico em Teoria Econômica e Economia Política. Também está presente a preocupação com a realidade social, econômica e política do Brasil, enfocada em vários painéis e sessões temáticas, inclusive de caráter conjuntural.

Além disso, são abordados temas de interesse regional, especialmente em relação ao local onde se realiza o Encontro, sempre concorrido e com a presença de renomados economistas, muitos deles atuando na área pública. Finalmente, realiza-se uma aula magna, ministrada por uma personalidade nacional no campo da Economia, que tenha prestado serviços relevantes para a ampliação do conhecimento científico na área, sob a óptica das instituições acadêmicas brasileiras.

O público envolvido – como participante direto ou como ouvinte – abrange praticamente toda a comunidade brasileira voltada para o ensino e a pesquisa em Economia e outros campos de conhecimento correlatos. Dele fazem parte professores, pesquisadores, estudiosos, técnicos, profissionais e discentes de todas as partes do país, e não somente dos centros filiados à Anpec.

Esse público tem oportunidade de visitar o encontro através da publicação dos Anais, que contém os textos apresentados e discutidos no próprio evento. Além disso, por sua importância no cenário científico e institucional nacional nas áreas de Economia e Finanças, o Encontro tem ampla divulgação na imprensa, o que garante maior disseminação dos seus resultados.

## Programa preliminar

**Local:** O conselho deliberativo, em sua reunião realizada em 16 de março de 1998, confirmou a escolha do Hotel Porto do Sol, na cidade de Vitória (ES) como sede do XXVI Encontro Nacional de Economia. A escolha se deu após a realização de estudos sobre viabilidade técnica, em termos de infra-estrutura, rede hoteleira, transportes, frequência de vôos e apoio local.

**Áreas de conhecimento:** A Anpec contempla a discussão acadêmica nas seguintes áreas, que refletem os principais campos de estudo da Economia moderna: Macroeconomia, Macroeconomia Aberta, Economia do Setor Público, Comércio Internacional, Economia Industrial, Economia da Tecnologia, Economia do Trabalho, Economia Regional e Urbana, Economia Agrícola, Economia do Meio Ambiente, Demografia Econômica, Economia da Energia, História do Pensamento Econômico, Economia Política, Teoria Econômica, História Econômica e Metodologia Econômica e Finanças Públicas.

**Mesas previstas:** As mesas que se mencionam a seguir serão constituídas a partir dos textos selecionados e coordenadas pelos professores encarregados de analisá-los. Para este ano, estão previstas as seguintes mesas: Comércio Internacional, Economia Agrícola I e II, Economia da Tecnologia I e II, Economia do Meio Ambiente I e II, Economia do Setor Público, Economia do Trabalho I, II e III, Economia Industrial I e II, Economia Política, Economia Regional e Urbana I, II, III, IV e V, Globalização e Integração Econômica, História do Pensamento Econômico, História Econômica, Macroeconomia Aberta, Macroeconomia e Política Monetária, Metodologia, Política Cambial, Privatização e Processo Político, Relações Macroeconômicas de Longo Prazo, Teoria Econômica I, II, III, IV e V, Tributação e Orçamento Público.

**Aula magna:** Trata-se de um momento importante na programação do Encontro, pois homenageia um professor cuja contribuição à academia brasileira, na área de Economia, tenha o reconhecimento da comunidade. Para 1998, o professor João Sayad foi convidado para proferir a aula magna.

**Prêmio Haralambos Simeonidis:** Esta honraria será entregue na solenidade de abertura do XXVI Encontro. Concorrem ao prêmio teses e artigos publicados na área de Economia e selecionados por uma banca que, para o ano de 1998, está composta pelos seguintes membros: Maria de Lourdes Rolemberg Mollo (presidente), Renato Fragelli Cardoso, Eleutério da Silva Prado, João Maurity Sabóia, Robert Nicol, Claudia Heller e Eduarda La Roque.

**Painel de conjuntura:** Ele procura discutir a atual realidade econômica nacional, no entender dos professores mais renomados em análise de conjuntura no país, muitos deles com larga experiência no setor público. Em 1998, este painel contará com a participação dos professores Guilherme Narciso de Lacerda (UFES, presidente), Fernando Holanda Barbosa (EPGE/FGV), Afonso Celso Pastore (IPE/USP), Paulo Nogueira Batista Jr. (FGV-SP) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).

**Sessão "O longo prazo":** Esta sessão procura identificar e discutir tendências da economia brasileira e mundial no longo prazo. Contará com a participação dos professores Renato Fragelli Cardoso (EPGE/FGV, presidente), Ricardo Paes de Barros (Ipea), Antonio Barros de Castro (IE/UFRJ), Maria da Conceição Sampaio (UnB) e Clélio Campolina Diniz (Cedeplar/UFMG).

**Convidados estrangeiros:** Como sempre, prevê-se a vinda e participação de professores estrangeiros, tanto para proferir palestras, quanto para aumentar o grau de exposição dos professores e pesquisadores nacionais aos conhecimentos desenvolvidos no âmbito da comunidade internacional. A vinda de professores do exterior tem sido realizada conjuntamente com a SBE, tendo em vista maximizar a participação desses estudiosos, face a limitação de recursos. Aguarda-se a presença dos seguintes professores, entre outros: Jean Tirole (Université des Sciences Sociales de Toulouse), Lance Taylor (New School for Social Research), Paul Sweezy (New School for Social Research) e David Cass (University of Pensilvania).

**Outras atividades:** Sem prejuízo de eventuais modificações até o momento de sua realização, a programação do Encontro prevê outras atividades, como um painel sobre a economia e questões locais e regionais, além de painéis sobre temas específicos. Estão previstos, entre outros, um sobre "Ajustamento e desemprego na América Latina", um sobre "Instrumentos de política regional" e um sobre "Crise financeira". Além disso, haverá seções de comunicações abertas a professores, pesquisadores, técnicos e estudantes que desejarem dar a conhecer os trabalhos que estão desenvolvendo.

## JORNADA DE ECONOMIA

### JORNADA DE ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO 8 a 11 de dezembro - Vitória (ES)

#### SESSÕES ORDINÁRIAS

Apresentação dos trabalhos selecionados

#### MESAS ESPECIAIS

- 1) *Economias em transição e capitalismo atual*  
Lenina Pomeranz (USP), Paulo Singer (USP)
- 2) *Transformações no mundo do trabalho*  
Jorge Mattoso (Unicamp), João Sayad (USP)
- 3) *A dimensão financeira da valorização no capitalismo atual*  
José Carlos Braga (Unicamp), Reinaldo Gonçalves (UFRJ)
- 4) *Economia e ética*  
Leda Paulani (USP), Pedro Dutra Fonseca (UFRGS)

#### SESSÕES ANPEC/SEP

- 1 - Pepe Valenzuela (UAM - Cidade do México)
- 2 - Maria da Conceição Tavares (UFRJ)

Inscrições junto à Secretaria do XXVI Encontro Nacional de Economia - Anpec: Rua Bernardo Guimarães, 2191, Bairro Lurdes, Belo Horizonte, CEP 30140-082, Tel/Fax: (031) 291-8055 • SEP - Tels: (011) 3670-8136, Fax (011) 3670-8135

**Apoio:** FEA e Departamento de Economia da PUC-SP

## EVENTOS

## COLÓQUIO

### História do Pensamento Econômico

30 de novembro e 1º de dezembro

Local: Instituto de Economia da UFRJ

**Organização e patrocínio:** Anpec, Corecon-RJ, IERJ, Sindecon-RJ, FGV-RJ, UFF, UFRJ, Cofecon

**Comissão organizadora:** Ricardo Henriques (UFF), Marcos Lisboa (FGV-RJ), João Bosco Machado (UFRJ), Samuel Pessoa (USP), Luiz Antônio Elias (Cofecon) e Reinaldo Gonçalves (UFRJ/Corecon-RJ)

#### Segunda-feira, 30 de novembro

9:00h - Sessão especial: *Teoria e história do pensamento econômico*

Coordenador: Ricardo Henriques (UFF)

Palestrantes: Pérsio Arida (USP), Ana Maria Bianchi (USP), Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ), Mário Possas (UFRJ) e Ricardo Tolipan (UFRJ)

12:30h às 14:30h - Almoço

#### Tarde: Sessões ordinárias

Coordenador: João Bosco Machado (UFRJ)

14:30h - Célia Lessa (UFF)

Hayek: *The Evolutionary and the Evolutionist*

15:30h - Marcos de Barros Lisboa (FGV-RJ)

O papel da análise formal na tradição neoclássica

16:30h - Marcos Gonçalves da Silva (EAESP/FGV-SP)

A epistemologia da economia teórica em schumpeter: o papel de *Das Wesen und der Hauptinhalt der Theoretischen Nationalökonomie*

17:30h - Jaques Kerstenetzky (UFRJ)

Um diálogo institucionalista com a teoria *marshaliana* das firmas e dos mercados

18:30h - Coquetel

#### Terça-feira, 1º de dezembro

##### Manhã: Sessões ordinárias

Coordenador: Marcos Lisboa (FGV-RJ)

9h - Fernando Haddad (USP)

*Marxismo soviético, ocidental e analítico: perspectivas teóricas em Economia*

10h - Laura Valadão Mattos (USP)

*John Stuart Mill: o socialismo e sua utopia liberal*

11h - Ângela Ganem (UFF)

*O mercado como teoria da sociedade: a radicalidade filosófica do pensamento de Adam Smith*

12 às 14 horas - Almoço

##### Tarde: Sessões ordinárias

Coordenador: Reinaldo Gonçalves (UFRJ, Corecon)

14h - Mauro Boianovsky (UNB)

*In Search of a Canonical History of Macroeconomics in the Interwar Period: Haberler's 'Prosperity and Depression' Revisited*

15h - Ricardo Henriques (UFF)

*Comportamento racional e formação de crenças em Keynes*

16h - Gilberto Tadeu Lima (Unicamp)

*Capital Controversy in the Birth of Macroeconomics: the Keynes-Hayek Exchange in Retrospect*

17h - Pedro Dutra da Fonseca (UFRGS)

*As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes*

18:30h - Sessão especial: *O centenário de Sraffa*

Coordenador: Ricardo Tolipan (UFRJ)

Roberto Ciccone (Univ. Roma - TRE) - *On Sraffa's Early Formulations of the Price Equations*  
Franklin Serrano (UFRJ) - *Sobre a estabilidade fundamental do supermultiplicador sraffiano*

## Livre comércio, armadilha fatal?

"Democracia, participação e dimensão social no Mercosul: pela construção de uma rede brasileira frente ao livre comércio". Este será o nome do encontro, aberto a toda a sociedade, através da realização de painéis públicos, que a CUT, Fase, Ibase, IERJ, Sindecon-RJ e Corecon-RJ vão promover nos dias 8 e 9 de dezembro, no Clube de Engenharia. A escolha da data não é casual. O evento será realizado às vésperas da reunião do Grupo do Mercado Comum (órgão intergovernamental máximo do Mercosul), da qual participarão os presidentes dos países do Mercosul, durante os dias 10 e 11 de dezembro, no Rio de Janeiro.

O processo de abertura indiscriminada da economia brasileira ao exterior vem causando seqüelas no que diz respeito ao desemprego, fechamento de pequenas e médias empresas, flexibilização da legislação trabalhista e meio ambiente, sem que os setores diretamente afetados sejam consultados. Além disso, a negociação em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que ameaça inclusive a sobrevivência do Mercosul, está sendo realizada sem uma participação minimamente significativa das organizações sociais ou sindicais.

Para tentar mudar esse quadro, o evento colocará em pauta os seguintes temas: "Desenvolvimento sustentável e alternativas socioeconômicas de integração", "Exclusão social, desemprego e mercado de trabalho no Mercosul", "Participação e estratégias sociais no Mercosul" e "A experiência de redes da sociedade civil frente ao livre comércio". Os organizadores pretendem atrair participantes de centenas de entidades representativas da sociedade civil, para articular propostas alternativas de integração, baseadas na participação e na promoção do bem-estar social e possibilitar a reflexão sobre temas que não fazem parte das preocupações oficiais, como direitos humanos, trabalhadores rurais, pequenos e médios empresários, imigrantes, mulheres, educação e meio ambiente.

Paralelamente à conferência internacional, será realizada a reunião da Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul, com a participação de representantes da CUT, CGT e FS (Brasil), CGT e CTA (Argentina), PI e CNT (Uruguai) e CUT e CNT (Paraguai).

## LANÇAMENTO

### "Informe sobre investimentos estrangeiros na América Latina e Caribe"

No dia 14 de dezembro, as entidades dos economistas do Rio de Janeiro Corecon, IERJ e Sindecon, em conjunto com a Cepal, apresentarão *Informe sobre investimentos estrangeiros na América Latina e Caribe/Cepal*, versão 1998. Este documento, uma das quatro publicações institucionais anuais da Cepal, analisa o investimento externo direto, destacando suas dimensões e impacto sobre as economias da região. Esta edição incorpora um capítulo sobre os investimentos externos diretos e as estratégias empresariais no Brasil, o principal receptor desses investimentos região, interpretando as elevadas entradas recentes e seus impactos sobre nossa economia. Outros capítulos analisam globalmente o fenômeno do investimento direto, assim como os investimentos e estratégias empresariais norte-americanas e da indústria automobilística (principal foco destes investimentos). Após a apresentação do dr. Álvaro Calderon (Cepal), ocorrerá um debate com a presença de Reinaldo Gonçalves (vice-presidente do Corecon e professor da UFRJ), Ricardo Bielchowsky (Cepal), coordenado por Adhemar Mineiro (presidente do Corecon-RJ). O evento que conta com o apoio do Clube de Engenharia ocorrerá às 18 horas, no Auditório do Clube, Av. Rio Branco, 124 - 20º andar.

## ELEIÇÃO

**Chapa para diretoria do IERJ - biênio 98/2000****Presidente:** Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado • **Vice-Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro**Diretora Financeira:** Hildete Pereira de Melo**Diretores:** Ivo Bucaresky, Eriksom Teixeira Lima, Angela Ganem, Eduardo Mendes Callado, Luiz Eduardo Ruckert Parreiras**Diretores Suplentes:** Renata Leite Pinto do Nascimento, Marcelo Paixão, João Sucupira**Conselho Fiscal:** Rogério Rocha, Claudio Maciel, Sergio Goldenstain

Os votos podem ser enviados por correspondência, até o dia 4 de dezembro, ou em urna, na sede do IERJ, no dia 8 de dezembro. Participe.

## ENCONTRO

**Encontro Internacional de Economistas****18 a 22 de janeiro de 1999 • Havana, Cuba**

O objetivo do encontro é debater as atuais tendências na economia mundial no quadro da globalização, abrangendo as várias perspectivas teóricas e analíticas necessárias à criação de opções que permitam ultrapassar os problemas existentes, preservar o meio ambiente e reestruturar a ordem mundial. Todos os representantes dos Colégios, Associações e Federações da Associação de Economistas da América Latina e do Caribe reuniram esforços para promover a participação dos mais conceituados profissionais do mundo. Este intercâmbio tornará possível uma ação efetiva, de caráter universal, questão urgente e necessária para enfrentar o novo milênio com expectativas reais quanto ao desenvolvimento humano para todos.

O encontro internacional será realizado em Havana, Cuba, de 18 a 22 de janeiro de 1999, e apresentará as seguintes mesas temáticas:

**1. A economia de globalização e o desenvolvimento**

Globalização: realidades e interpretações  
Globalização e políticas de liberalização  
Os desafios do desenvolvimento para as várias regiões e países  
Diversas experiências nacionais face aos desafios da globalização

**2. A economia mundial**

As principais tendências e questões da economia mundial  
O âmbito regulatório  
Dinâmica e perspectivas a curto e médio prazos  
Sistema internacional de comércio  
Sistema financeiro internacional  
Investimento de capitais

**3. Os processos de integração econômica internacional**

As experiências regionais e sub-regionais de integração econômica  
As consequências da integração econômica regional para os países de menor nível de desenvolvimento  
Perspectivas da integração econômica no quadro da globalização

**4. Impacto social e ambiental da globalização**

Cenários opcionais e atores futuros

**5. No limiar do século XXI: globalização e questões do desenvolvimento**

**MAIORES INFORMAÇÕES:** Linda Montañes – Rua 22, 901, esq. 9na. Miramar. La Havana, Cuba - Tel: (537) 29-2084 - Fax: (537) 22-3456  
e-mail: [anec@info.get.cma.net](mailto:anec@info.get.cma.net) • site: <http://www.economista.cubaweb.cu>  
Frota Brasil Turismo – Av. Franklin Roosevelt, 84 s/702 Tel: (021) 240-9878

## PRÊMIO

**"Cidade do Rio de Janeiro de Ciência e Tecnologia" – 1998**

O prêmio será concedido ao pesquisador cujo trabalho científico ou tecnológico tenha contribuído para o desenvolvimento ou projeção do município do Rio de Janeiro no cenário nacional ou internacional. O prêmio consiste em um diploma e uma importância, em dinheiro, de R\$ 20.000,00. Pretende ampliar o reconhecimento a pesquisadores cujos trabalhos tenham sido realizados em universidades, institutos, núcleos ou centros de pesquisa e desenvolvimento nacionais, públicos ou privados, sediados na cidade do Rio de Janeiro. A indicação dos candidatos deverá ser realizada por entidades ligadas à área de ciência e tecnologia. As indicações deverão ser enviadas à Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, Rua do Ouvidor 121/2º andar, Centro. Os candidatos inscritos serão julgados pela Comissão de Julgamento do Prêmio Cidade do Rio de Janeiro de Ciência e Tecnologia. A data-limite para apresentação da documentação necessária é **30 de novembro de 1998, até as 18h**. O nome do vencedor será anunciado em cerimônia pública em data a ser fixada pelo prefeito do Rio. Informações acerca do prêmio contatar a Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro através do telefone: 221-0884 ou e-mail: [pieres@redetec.org.br](mailto:pieres@redetec.org.br)

## SEMINÁRIO

# A dinâmica da globalização: um encontro mundial

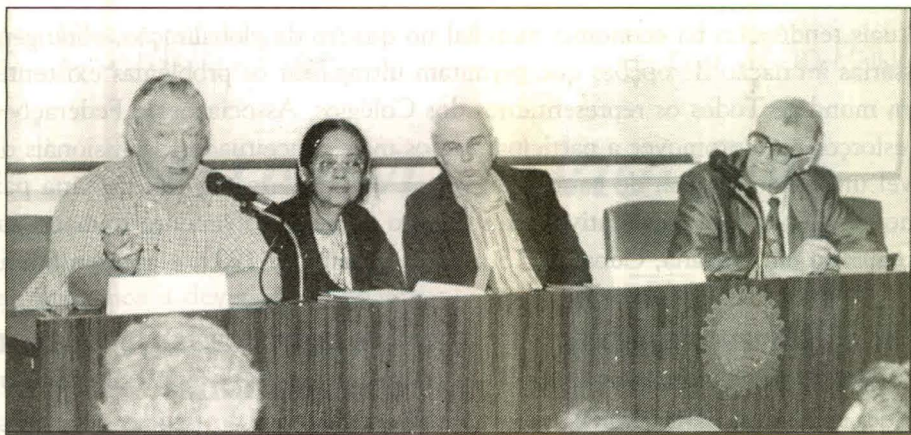
Nos dias 8 a 11 de setembro, realizou-se no Rio de Janeiro a I Reunião Internacional da Rede Unesco / Universidade das Nações Unidas (UNU) sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REG/GEN), que contou com o apoio do Corecon-RJ, IERJ e Sindecon. Em paralelo, aconteceu à noite, no Clube de Engenharia, o Seminário "Novas Dimensões da Globalização", patrocinado pelas entidades dos economistas do Rio de Janeiro, o Nuseg/UERJ, dentre outras instituições.

A sessão inaugural foi aberta pelo coordenador da Rede, professor Theotônio Dos Santos, que, depois de verificar rapidamente os objetivos da REG/GEN, passou a palavra para o ministro Eduardo Portela, presidente do Colégio do Brasil, onde se abrigam a Rede (REG/GEN) e a Cátedra Unesco. O ministro Portela, presidente da Assembléia Geral da Unesco, hipotecou o apoio desta instituição à iniciativa, destacando sua importância estratégica. Em seguida, falou o dr. Francisco López Segrera, conselheiro de Ciências Sociais da Unesco para a América Latina, que saudou a inauguração das atividades internacionais da Rede (REG/GEN), que ele tanto apoiou, pela sua importância indiscutível na presente situação mundial. O dr. Segrera anunciou também o lançamento do livro que ele organizou: *El Reto de la Globalización - Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos*, editado pela Unesco em Caracas. No livro, o tema tem um tratamento amplo e profundo, que deverá servir de referência para a reunião.

Em seguida, apresentou-se um vídeo com as mensagens gravadas pelo secretário-geral da Unctad, embaixador Rubens Ricúpero, em saudação aos presentes. Ele lançou algumas teses sobre o processo de globalização, cuja inevitabilidade, segundo disse, deve ser separada da forma neoliberal que vem assumindo, sob a ação anárquica do chamado "mercado



Gerald Kebabjan, Reinaldo Gonçalves, Akira Takahashi e José Carlos Miranda



João Paulo de Almeida Magalhães e Sumanda Sem

livre", que, no entanto, se encontra sob o domínio de poderosos monopólios e interesses geo-econômicos. Essa situação inviabiliza a existência de um livre intercâmbio comercial, de investimentos e financeiro. O embaixador Ricúpero chamou a atenção para o informe anual da Unctad, que foi lançado no dia 12 de setembro, contendo uma análise alternativa da crise econômica mundial. Ele acabava de lançar também seu próprio livro sobre o tema, que se tornou uma referência para o debate do Encontro. A Unctad mostrou-se, por fim, interessada em integrar-se ativamente na REG/GEN.

Estava assim criado o ambiente adequado para a aula magna sobre o capitalismo global, dada em seguida pelo ministro Celso Furtado. Numa exposição concisa, clara e precisa, Furtado mostrou os limites da globalização, vista como um fenômeno de

afirmação e expansão do grande capital internacional, que se move através das empresas transnacionais ou globais. Ele lembrou a criação da Cepal, no final da década de 1940, como um momento privilegiado no avanço teórico para compreender estes fenômenos e tentar abrir um caminho alternativo ao curso da ação econômica baseada no livre jogo de mercado, que nos condenava então à condição de sociedades rurais. O professor Furtado reivindicou a necessidade de uma Economia Política que resgate a relação entre economia e poder, retomando o esforço teórico e político presente na fundação da Cepal, que se faz pertinente de novo no momento atual.

Sob a inspiração de uma abertura tão estimulante, a reunião seguiu seus próximos passos. O professor Theotônio Dos Santos abriu a primeira sessão com um debate teórico e

metodológico sobre a possibilidade de analisar as conjunturas históricas sem perder sua articulação com as estruturas históricas. O professor Paul Singer chamou a atenção para a contradição entre os Estados e o livre movimento de capitais e de empresas multinacionais. O debate, que se seguiu, aprofundou a relação entre a globalização e os processos de regionalização, entre esta e os Estados nacionais, e entre os ciclos econômicos longos, médios e curtos.

Nesse quadro, o acadêmico Nodari Simoniya, vice-diretor do famoso Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais da Academia de Ciências da Rússia (Imemo), fez um balanço crítico da chamada "transição do socialismo à economia de mercado" na Rússia. O acadêmico Simoniya mostrou que a rapidez e a precipitação com que as reformas se desenvolveram levaram à aguda crise econômica e política em que a Rússia se encontra hoje, submetida ao predomínio de uma burguesia burocrática corrupta e aventureira. Com sua autoridade de representante das mais altas categorias da carreira acadêmica russa, ele explicou, numa crítica precisa, as características desta crise e a necessidade de uma nova política econômica que submeta as chamadas "reformas" a uma estratégia de recuperação econômica do país. O exemplo chinês foi invocado como uma reforma gradativa, com as garantias políticas necessárias e de resultado virtuoso. A intervenção do dr. Oleg Tsukanov, emigrado russo para o Brasil, buscou ressaltar as possibilidades ainda existentes para a recuperação econômica e política do país.

O debate sobre a crise asiática se deu sob o marco das apresentações do professor Akira Takahashi, da Universidade de Tóquio, e da professora Sunanda Sem, da Universidade Jawah Nehru, de Nova Délhi. Ambos ressaltaram o papel negativo da desregulamentação do setor finan-



## SEMINÁRIO

ceiro, resgataram os avanços econômicos anteriores dos tigres asiáticos e condenaram as políticas do FMI que, em vez de abrir caminho ao controle do capital financeiro, visam protegê-lo, provocando desequilíbrios crescentes.

Foi extremamente rica a sessão sobre relações Sul-Sul, com ênfase nas relações Brasil-Índia, que teve como ponto de partida a exposição do dr. Ignacy Sachs, da Escola Super-

tes do livre mercado entre México, Estados Unidos e Canadá no âmbito do Nafta. Ela colocou especial ênfase na luta renovada pelas matérias-primas e seu forte impacto regional, bem exemplificado no caso de Chiapas.

Em seguida, realizou-se a sessão sobre o Brasil e o processo de globalização, na qual Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, destacou as possibilidades do Estado agir sobre as rela-

o desenvolvimento sobretudo da América Latina e uma retomada da reflexão teórica, sobretudo da própria região, sobre o tema. Kebabjan resumiu também os pontos metodológicos que se deveriam considerar para uma análise da globalização. Ao contrário de Javier Peinado, ele considera os Estados-Nação ainda fundamentais no funcionamento da economia mundial globalizada.

Com a participação de René Dreifuss (UFF-Coppe), Jaime Marques Pereira (IHEAL), Edna dos Santos (Unctad), Gregório Vidal (UNAM) e Andre Jean Armand (CNRS-UERJ), realizou-se um amplo balanço sobre as várias dimensões da globalização, vista dos ângulos científico-tecnológico, financeiro e jurídico, entre outros. Edna dos Santos deu também uma visão das atividades de pesquisa da Unctad sobre o comércio mundial, a questão financeira e os investimentos mundiais. Ela abriu ainda um vasto leque de cooperação entre a Unctad e a REG/GEN.

A sessão final partiu de uma proposta temática de pesquisa feita por Pierre Salama (Paris XIII) e estabele-

ceu as perspectivas de trabalho futuro da REG/GEN que se resumiram nos seguintes pontos:

1 - Preparação da próxima reunião da REG/GEN para setembro do próximo de 1999, em data próxima à realização do Encontro Latino-Americano de Economistas, quando deverão estar presentes vários membros da REG/GEN.

2 - Implantação da *home page* da REG/GEN (cujos detalhes técnicos foram expostos pela dra. Dóris, diretora do ILTC).

3 - Publicação do livro com os trabalhos apresentados nessa reunião. Desde já, eles se incorporarão ao *site* da REG/GEN.

4 - Preparação do primeiro tema de debate: a crise financeira mundial. Aproveitando a publicação do informe anual da Unctad sobre *A economia mundial e o comércio internacional*, que está dedicado em grande parte à crise financeira internacional, haverá debates sobre o tema no Chile, no México, na Rússia, no Brasil e na Venezuela, e serão preparados com antecedência os trabalhos que servirão de base à reunião de setembro de 1999.

**O embaixador Rubens Ricúpero defendeu a inevitabilidade da globalização, mas lembrou que ela não precisa assumir a forma neoliberal hoje dominante. Para ele, o chamado mercado livre está, na verdade, sob controle de grandes oligopólios mundiais.**

rior de Estudos Sociais da Universidade de Paris. Os professor Sachs ressaltou a comunidade ambiental, histórica e geopolítica do Brasil e da Índia, que foram colocados em relação desde a colonização portuguesa. Mostrou como a cooperação científica, tecnológica e comercial de ambos os países poderá obter resultados extremamente favoráveis, sobretudo em campos vitais como a agroindústria, a biotecnologia, a energia nuclear e outros. Os comentários da professora Sunanda Sem e dos demais presentes aprofundaram esta linha de reflexão.

A sessão sobre a América Latina foi das mais ricas. O dr. Armando Córdoba, diretor da Academia de Ciências Econômicas da Venezuela, fez um balanço histórico das formas de articulação da região com os grandes centros econômicos mundiais. Ele criticou a idéia de que fomos economias "fechadas", quando de fato sempre estivemos voltados para o exterior. O professor Orlando Caputo, do Centro de Estudos Transnacionais do Chile, mostrou as limitações do chamado modelo chileno e sua dependência da exportação de cobre, que tende inevitavelmente à queda de preços, aliás impulsionada pela política chilena de criar uma superoferta do produto. Ana Esther Ceceña destacou os limi-

ções econômicas internacionais e impor políticas de interesse nacional, mesmo num mundo em globalização.

João Paulo de Almeida Magalhães, da UERJ, mostrou a possibilidade de políticas mais ativas para controlar os movimentos de capital e o câmbio. Maurício Dias David, do BNDES, fez um balanço das alternativas de política econômica em choque.

As últimas sessões do encontro se dedicaram a problemas metodológicos e interpretativos, além de questões de organização. Javier Martinez Peinado, da Universidade de Barcelona, fez um balanço dos elementos fundamentais da globalização, com ênfase na necessidade de superar os enfoques centrados nos Estados nacionais. Ele expôs ainda o funcionamento da Rede sobre Economia Mundial (Redem), com sede em Puebla, México, e que deverá colaborar ativamente com a REG/GEN. Gerard Kebabjan traçou também um balanço de duas redes francesas ligadas ao REG/GEN: a Rede sobre Sistema Mundo no GEMDEV, voltada para as questões teóricas da globalização, e a Rede Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico, que tem sua sede compartilhada entre o Ismea e o Instituto de Investigaciones Económicas da UNAM, mais voltada para buscar um enfoque alternativo sobre

## As novas dimensões da globalização

Aproveitamos a presença de um número tão importante de economistas e cientistas sociais para realizar um seminário voltado para o público em geral, sobre o tema "As novas dimensões da globalização".

Este seminário se realizou no Clube de Engenharia, para um público muito diversificado. Nessa ocasião, N. Simoniya (Ismea), Oleg Tsukanov (MCMS) e Sunanda Sem (Universidade de Nova Déli) deram um balanço geral sobre a emergência das economias continentais no primeiro dia.

Nessa oportunidade, foi colocado à disposição do público o livro da Unesco *El Reto de la Globalización. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos*.

No dia seguinte, Gerard Kebabjan (Universidade de Paris), Akira Takahashi (Universidade de Tóquio) e José Carlos Miranda (IE-UFRJ) discutiram a crise financeira internacional e seus desdobramentos. Na sessão de encerramento, Javier Martinez Peinado (Universidade de Barcelona), Gregório Vidal (UNAM-México) e Theotônio Dos Santos (UFF) abordaram o tema "há uma teoria da globalização?". As sessões foram presididas, respectivamente, por João Paulo de Almeida Magalhães, presidente do Ierj, Reinaldo Gonçalves, vice-presidente do Cofecon e Ademar Mineiro, presidente do Corecon-RJ. As palestras estão gravadas em vídeo e podem ser solicitadas a Secretaria do Corecon-RJ, tel. 224-0578 ou e-mail: corecon@ax.apc.org.

## LIVROS EM VENDA DIRETA

## LANÇAMENTO

**História trágico-marítima**

540 páginas

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

**A opção brasileira**

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

**O manifesto comunista - 150 anos depois**

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

**O pensamento chinês - 416 p.**

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

**A sociedade do espetáculo - 240 p.**

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

**Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.**

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

**Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.**

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

**Um mapa da ideologia - 338 p.**

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

**O longo século XX - 408 p.**

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

**Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.**

Ricardo Bielchowsky

Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

**CONTRAPONTO**

Tel. / Fax (021) 259-4957

Caixa postal 56066

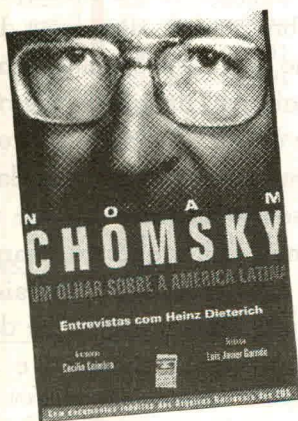
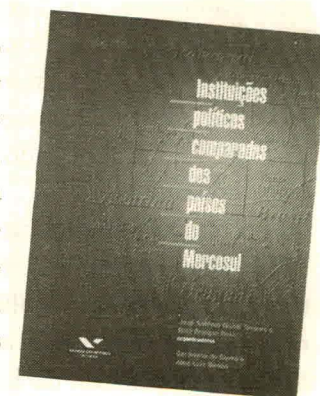
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

## - ABRE ASPAS -

**INSTITUIÇÕES POLÍTICAS COMPARADAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL,**

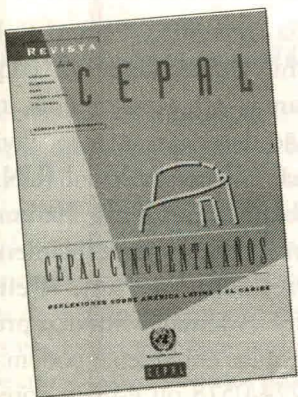
de José Antônio Giusti e Raúl Enrique Rojo. A publicação tenta suprir a falta de informações a respeito da realidade histórica, política, cultural e socioeconômica dos países que compõem o Mercosul, ou seja, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A obra examina, sistematicamente e numa perspectiva comparada, as instituições políticas dos Estados da região e analisa a importância do conhecimento recíproco dessas instituições para o projeto de mercado comum sul-americano. Os autores apresentam como funcionam as estruturas políticas dos quatro Estados-membros do Mercosul para melhorar essa engrenagem, visando a uma união forte dos países envolvidos, definindo os melhores rumos para essas relações. Editora Fundação Getúlio Vargas, 492p.

**NOAM CHOMSKY - UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA LATINA,**

de Noam Chomsky & Heinz Dieterich, com apresentação de Cecilia Coimbra e introdução de Luis Javier Garrido. Noam Chomsky concede neste livro uma série de entrevistas a Heinz Dieterich, presidente do Foro pela Emancipação da América Latina, abordando os mais polêmicos tópicos da atualidade: "Irangate" (negociações secretas de armas entre Estados Unidos e Irã); a Guerra do Golfo e suas lições para o Terceiro Mundo; o conflito entre Cuba e os Estados Unidos; o México entre o Tratado de Livre Comércio e a rebelião zapatista; o papa, Cuba e a crise asiática. Em apêndice, incluem-se ainda inúmeros documentos dos Arquivos Nacionais norte-americanos, dentre eles os planos de assassinato de Fidel Castro e do golpe militar contra Salvador Allende. Editora Oficina do Autor, 233p. A edição deste livro contou com o apoio das entidades dos economistas do Rio de Janeiro e diversas instituições.

**UMA NOVA ARMADILHA: MAIS ESCOLARIDADE E MAIS DESEMPREGO,**

de Rosalinda Chedian Pimentel, é um estudo exploratório, que introduz a análise de um fenômeno econômico-social presente nas economias avançadas e periféricas. O crescente volume de produção, as contínuas inovações tecnológicas, a ambição ilimitada de tudo precisar, dominar e subsumir, internacionalizando mercados e capitais, profanando as relações sociais através de sua monetização transformaram os ideais em pesadelos, a escolaridade num fetiche e o emprego num mito fantasmagórico. Amais Editora, 184p.

**REVISTA DE LA CEPAL - CINQUENTA AÑOS.**

Neste número extraordinário destacam-se as reflexões sobre a evolução do pensamento da Cepal; as transformações do sistema mundial em decorrência do processo de globalização e as conseqüências para a integração regional e o desenvolvimento dos países; e os fatores condicionantes estruturais do desenvolvimento com igualdade. A Revista da Cepal foi concebida por Raúl Prebisch. Desde seu surgimento, em 1976, foi um valioso instrumento de difusão das idéias e estudos da instituição, assim como um espaço para debater os permanentes dilemas da região. Em pouco tempo tornou-se uma publicação privilegiada para a análise dos problemas da região, aberta a todas as orientações teóricas e disciplinares. 364 p.

## LANÇAMENTO

*Visões da Crise*

As entidades representativas dos economistas no Rio de Janeiro - Ierj, Corecon-RJ e Sindecon - e a Editora Contraponto lançam o livro *Visões da crise*, organizado por Adhemar dos Santos Mineiro, Luiz Antônio Elias e César Benjamin, que reúne entrevistas com alguns dos mais importantes intelectuais do Brasil e da América Latina. Coletadas pelo *Jornal dos Economistas* desde maio de 1997, as entrevistas preservam insuperável atualidade. Celso Furtado, René Armand Dreifuss, Aldo Ferrer, Severino Cabral, Osvaldo Sunkel, Fernando Rezende, Samuel Pinheiro Guimarães, Milton Santos, Carlos Lessa, Paulo Nogueira Batista Jr, Antônio Barros de Castro, Antônio Delfim Netto, Tânia Bacelar de Araújo e Maria da Conceição Tavares debatem neste livro questões decisivas, exibindo rara combinação de profundidade e clareza. Sempre em busca de uma visão ampla dos processos em curso, ensinam, antes de tudo, que o destino do Brasil não pode ser jogado na mesa do cassino global. Discutem principalmente economia, mas falam também de projeto, território, história, identidade, cultura e povo. Retomam a melhor tradição do rico pensamento social brasileiro e mostram que, apesar de tudo, este país tem futuro.

Lançamentos de *Visões da crise*, com a presença de autores:

**RIO DE JANEIRO:** dia 1º de dezembro, às 19:00h, na Livraria do Museu. Museu da República, rua do Catete 153. Estacionamento no local.

**BRASÍLIA:** dia 2 de dezembro, às 19:00h, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, Anexo I, Esplanada dos Ministérios, com a presença dos Deputados Antônio Delfim Netto e Maria da Conceição Tavares.

## CONVÊNIO

## Publicações da CEPAL

O Conselho Regional de Economia - RJ, em convênio com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13 às 17 h, durante o qual o catálogo das obras poderá ser consultado. O dólar para o mês corrente será informado na biblioteca do Conselho, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Estudio económico de América Latina y el Caribe 1996-1997*, 354p. US\$ 50.
- *Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe 1997*, 64p. US\$ 8.
- *Panorama Social de América Latina 1997*, 232p. US\$ 20.
- *El Pacto Fiscal*, 280p. US\$ 10.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 1997*, 196p. US\$ 10.
- *La brecha de la equidad*, 218p. US\$ 10.
- *Políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*, 314p. US\$ 15.
- *Las Relaciones Económicas*, 396p. US\$ 15.

## ENCONTRO

*V Encontro Nacional sobre Mercados Financeiros, Política Monetária e Política Cambial*

3 E 4 DE DEZEMBRO DE 1998

Local: Auditório da Fundação Getúlio Vargas - Praia de Botafogo, 190/14º andar - Rio de Janeiro

O Encontro, sob a coordenação de Rubens Penha Cysne, discutirá o modelo atual de condução das políticas relacionadas ao controle dos gastos públicos, à moeda e ao câmbio, com elaboração de cenários para o futuro. Apresentará os seguintes painéis: Política Monetária; Aspectos Macroeconômicos do Fluxo de Capitais; Orçamento, Conselho Fiscal e Metas para o Déficit Público; Reforma Política e Déficit Público e Reformas e Crescimento Econômico. As inscrições podem ser efetuadas no local. Maiores informações: 536-9245, 536-9387 e 552-2076.

## CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- *A construção do Terceiro Mundo - teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643 p., Joseph Love.  
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- *Os fluxos financeiros na América Latina - um desafio ao progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).  
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos de vida lutando pelo Brasil*, 397p.  
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 346p., 6ª edição, Karl Marx.  
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- *Após 1989- moral, revolução e sociedade civil*, 289p., Ralf Dahrendorf.  
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.  
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *Histórias esquecidas da ciência*, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.  
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- *30 anos do The New York Review of Books - a primeira antologia*, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).  
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- *América Latina - entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).  
Preço com desconto : R\$ 16,10.
- *Dialética marxista, dialética hegeliana - a produção capitalista como circulação simples*, 192 p., Ruy Fausto.  
Preço com desconto: R\$ 13,30.

## SEMINÁRIO

# “Perspectivas para o Sistema Financeiro Internacional”

20 de novembro de 1998

**Local:** Faculdades Integradas Candido Mendes – Ipanema  
Rua Joana Angélica, 63 – Auditório do 6º andar

**Inscrição:** Telefone: 523-4141 ramal 212 (vagas limitadas)

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) vem sendo atingido diretamente pelas mudanças em curso no sistema financeiro internacional, em função do gradual processo de desregulamentação do SFN e dos impactos do processo de globalização financeira sobre o mercado nacional. Além disso, a reversão na trajetória inflacionária do país vem impactando diretamente o comportamento e a estrutura do SFN, que entrou numa fase de ajuste ao novo ambiente. Conseqüentemente, a configuração do SFN está passando por mudanças profundas, por intermédio de uma onda de fusões e incorporações e de desnacionalização do setor bancário e, ainda, por alterações significativas tanto no aparato regulatório-institucional quanto nas condições técnicas de operação do setor. Neste contexto, o Núcleo de Finanças, Macroeconomia e Moeda da Ucam, em conjunto com a Andima e o Corecon-RJ, está promovendo um seminário que pretende discutir temas atuais relacionados às perspectivas futuras do sistema financeiro brasileiro, tais como as possíveis consequências da regulamentação do art. 192 da Constituição Federal, o grau de independência do Banco Central, a internacionalização do mercado doméstico e o papel dos órgãos reguladores.

## Programa

**9:30 às 10:00h**

**Abertura:** Candido Mendes de Almeida (Reitor da Universidade Candido Mendes); Adhemar dos Santos Mineiro (Presidente do Corecon-RJ) e representantes das entidades patrocinadoras.

**10:00 às 12:30h**

**Mesa 1: Art. 192/CF – Papel da autoridade monetária e dos órgãos reguladores**

**Palestrantes:** Saulo Queiroz (deputado federal); Francisco Costa e Silva (CVM) e Fernando Holanda de Barbosa (IBMEC).

**Mediador:** Luiz Fernando Rodrigues de Paula (Nefin/Ucam)

**12:30 às 14:00h – Almoço**

**14:00 às 16:00h**

**Mesa 2: Participação do capital estrangeiro no sistema bancário**

**Palestrantes:** Sérgio Werlang (BBM); Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ) e Paulo Mallmann (BIC Banco).

**Mediador:** Alfredo Neves (Andima)

**16:00 às 16:30h – Coffe-break**

**16:30 às 18:30h**

**Mesa 3: Tendências do sistema financeiro nacional**

**Palestrantes:** Carlos Eduardo Lofrano (Bacen); Concetto Mazzarella (Andima); Alfredo Neves (ABC Brasil) e Carlos Eduardo Carvalho (PUC/SP)

**Mediador:** Rogério Sobreira (Nefin/Ucam)

**19:00 às 20:30 h**

**Painel: Impactos Fiscais da Política Monetária Atual**

**Palestrante:** Dércio Garcia Munhoz (UnB)

**Mediador:** Nelson Le Cocq d'Oliveira (Corecon-RJ)

**Promoção:** Núcleo de Finanças, Macroeconomia e Moeda – NEFIN/UCAM e Conselho Regional de Economia – RJ

**Apoio:** Andima, IERJ e Sindecon-RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ – SINDECON-RJ – IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ  
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 17.11.98